

Membros do Grupo de Análise da Vulnerabilidade (GAV)

Governo

Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Ministério do Comércio
Ministério de Saúde
Instituto Nacional de Gestão de Calamidade
Ministério de Plano e Finanças

Parceiros

FAO
FEWS-NET
OCHA
PMA
SAVE the Children
UNICEF

Agradecimentos

Para se atingir os resultados finais de quaisquer análises requer a intervenção múltipla de diferentes parceiros. Efectivamente, o resultado atingido foi graças aos esforços abnegados de muitos quadros e instituições pelo que o GAV gostaria de reconhecer publicamente. Para tal, é justo reconhecer a contribuição válida dada pelos técnicos do DPS e da DPDAR das províncias de Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo que desempenharam um papel exemplar quer como inquiridores quer como supervisores.

O nosso agradecimento vai também ao GAV regional pela orientação, assistência e disponibilização de recursos financeiros. Aos diversos parceiros nomeadamente a FAO, FEWS-NET, OCHA, PMA, Save the Children, UNICEF, pelo engajamento efectivo em todas as fases deste processo, sem os quais não conseguiremos produzir tão valioso resultado.

A todos, incluindo os AF entrevistados agradecemos fazendo votos que os resultados ora alcançados sejam de utilidade pública para assistir os intervenientes na planificação, tomada de decisão e de intervenções prioritárias para aliviar a vulnerabilidade das populações rurais.

INDICE

INDICE	I
SUMÁRIO EXECUTIVO	III
1 INTRODUÇÃO	1
2 METODOLOGIA	3
3 INDICADORES MACROECONOMICOS	6
3.1 CAMPANHA AGRÍCOLA DE 2002/03	6
3.2 BALANÇO ALIMENTAR DE CEREAIS	8
3.3 PREÇOS	9
3.4 PECUÁRIA	12
3.5 HIV/SIDA E A SEGURANÇA ALIMENTAR	12
3.6 POLITICAS	13
3.7 ASSISTÊNCIA ALIMENTAR	15
4 RESULTADOS DO INQUÉRITO SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR	16
4.1 SITUAÇÃO ACTUAL DE SAÚDE E NUTRIÇÃO	16
4.2 SITUAÇÃO ACTUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR	23
4.3 LIGAÇÕES ENTRE ASPECTOS NUTRICIONAIS E DE SEGURANÇA ALIMENTAR	46
4.4 PERSPECTIVAS PARA SAN JUNHO 2003-MARCO 2004	47
5 CONCLUSÕES	52
6 RECOMENDAÇÕES	57

Índice de Tabelas

TABELA 1: VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO NAS CAMPANHAS AGRÍCOLAS 2001/02 E 2002/03	7
TABELA 2: ÁREAS SEMEADAS, PERDIDAS E PRODUÇÃO DOS CEREAIS, LEGUMINOSAS E MANDIOCA NA CAMPANHA AGRÍCOLA 2002/03	7
TABELA 3: BALANÇO ANUAL DE ALIMENTOS (x 000 TONELADAS MÉTRICAS) POR REGIÕES DE MOÇAMBIQUE	9
TABELA 4: RÁCIO DE DEPENDÊNCIA E RÁCIO EFECTIVO DE DEPENDÊNCIA	16
TABELA 5: FACTORES DE VULNERABILIDADE COM BASE NA SITUAÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES	16
TABELA 6: ÓRFÃOS COM MENOS DE 15 ANOS	17
TABELA 7: ÓRFÃOS COM MENOS DE 5 ANOS	17
TABELA 8: TAXA DE MORTALIDADE ANUAL POR CADA MIL HABITANTES	18
TABELA 9: PREVALÊNCIA DE MALNUTRIÇÃO AGUDA, EM CRIANÇAS DE 6-59 MESES	19
TABELA 10: PREVALÊNCIA DE MALNUTRIÇÃO CRÓNICA, EM CRIANÇAS DE 6-59 MESES	20
TABELA 11: BMI PARA MULHERES NÃO-GRAVIDAS (15-45 ANOS)	21
TABELA 12: FREQUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO EM CRIANÇAS COM 6-23M (NO DIA ANTERIOR AO INQUÉRITO) POR PROVÍNCIA E GRUPOS SELECIONADOS.	22
TABELA 13: PREVALÊNCIA DE DOENÇAS DIARREICAS EM CRIANÇAS COM 6-59 MESES.	22
TABELA 14: AVALIAÇÃO DE ACESSO A PROGRAMAS DE MITIGAÇÃO	45
TABELA 15: POPULAÇÃO QUE NECESSITA DE ASSISTÊNCIA IMEDIATA POR PROVÍNCIA	48
TABELA 16: POPULAÇÃO QUE NECESSITA DE ASSISTÊNCIA IMEDIATA POR DISTRITO	49
TABELA 17: DAS NECESSIDADES POR PROVÍNCIA	51

Índice dos Gráficos

GRÁFICO 6: COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DO GAV E QUIBB 2001	23
GRÁFICO 7: QUALIDADE DA DIETA	25
GRÁFICO 8: FONTES DE ALIMENTOS CONSUMIDOS POR QUALIDADE DE DIETA	27
GRÁFICO 9: DURAÇÃO PREVISTA PARA CULTURAS JÁ COLHIDAS.....	28
GRÁFICO 10: DISPONIBILIDADE POTENCIAL DE RESERVAS.....	28
GRÁFICO 11: POSSE DE ANIMAIS: GADO BOVINO	30
GRÁFICO 12: POSSE DE ANIMAIS: GADO CAPRINO/OVINO.....	31
GRÁFICO 13: POSSE DE ANIMAIS: SUÍNOS.....	31
GRÁFICO 14: POSSE DE ANIMAIS: GALINÁCEOS.....	31
GRÁFICO 15: PERCENTAGEM DE AF SEM AVES POR ZEA	33
GRÁFICO 16: PERCENTAGEM DE AF COM MENOS DE DEZ AVES	33
GRÁFICO 17: PERCENTAGEM DE AF COM MAIS DE DEZ AVES POR ZEA.....	34
GRÁFICO 18: PERCENTAGEM DE AF SEM CAPRINOS POR ZEA	34
GRÁFICO 19: PERCENTAGEM DE AF COM MENOS DE 10 CAPRINOS POR ZAE.....	35
GRÁFICO 20: PERCENTAGEM DE AF COM MAIS DE 10 CAPRINOS POR ZEA	35
GRÁFICO 21: PERCENTAGEM DE AF SEM BOVINOS POR ZAE.....	36
GRÁFICO 22: PERCENTAGEM DE AF COM MENOS DE CINCO BOVINO	36
GRÁFICO 23: PERCENTAGEM DE AF COM MAIS DE SEIS BOVINO POR ZEA.....	37
GRÁFICO 24: NUMERO DE FONTES DE RENDIMENTOS.....	38
GRÁFICO 25: MUDANÇA NAS FONTES DE RENDIMENTOS ANO DE REFERENCIA, 2002-03	38
GRÁFICO 26: % DE AF USANDO GANHO-GANHO COMO FONTE DE RENDIMENTO	39
GRÁFICO 27: % DOS AF USANDO VENDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS COMO FONTE DE RENDIMENTO.....	40
GRÁFICO 28: % DOS AF USANDO VENDA DE CARVÃO COMO FONTE DE RENDIMENTO	41
GRÁFICO 29: % DE AF VENDENDO ANIMAIS COMO FONTE DE RENDIMENTO.....	42
GRÁFICO 30: % AG DESENVOLVENDO ESTRATÉGIAS EXTREMAS DE SOBREVIVÊNCIA.....	42

Índice de Mapas

MAPA 1: % DE AF QUE NÃO COMERAM ALIMENTOS DE BASE NAS ÚLTIMAS 24 HORAS	25
MAPA 2: PRODUÇÃO DA MANDIOCA	29
MAPA 3: PERCENTAGEM DE AF BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA DE MITIGAÇÃO À SECA	44
MAPA 4: % DE AF BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA SECA	45

Índice de Quadro

QUADRO 1: FREQUÊNCIA DE TIPO DE ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA.....	43
--	----

SUMÁRIO EXECUTIVO

A época 2002/2003 representou para Moçambique mais um ano de estiagem e de perda de culturas no Sul e Centro. Além dos problemas climáticos que assolaram o país, a segurança alimentar das populações, continua a ser ameaçada por problemas estruturais e conjunturais. Os efeitos combinados do HIV/SIDA e calamidades naturais, incluindo a actual seca, aumentaram consideravelmente a vulnerabilidade da população pobre (67% da população afectada pela seca vive nas quatro províncias com taxas de prevalência mais altas do País nomeadamente as províncias de Manica, Tete, Sofala e Gaza).

O trabalho realizado para o Grupo Nacional de Análise de Vulnerabilidade (GAV) aborda alguns destes factores enquadrado dentro de análise sobre a situação de segurança alimentar ao nível do agregado familiar.

De entre outros este relatório tem os seguintes objectivos:

- Avaliar a situação actual de segurança alimentar e nutrição dos AF
- Actualizar a informação recolhida pela Análise de Vulnerabilidade efectuada em Novembro/Dezembro 2002.
- Providenciar informação suficientemente detalhada para facilitar a implementação de planos de acção e o apoio ao nível local/distrital.
- Orientar aos órgãos de decisão e demais parceiros sobre as prioridades da assistência humanitária numa perspectiva de emergência combinada com desenvolvimento.

Neste relatório apresentam-se as principais constatações sobre a actual situação de segurança alimentar em Moçambique com projecções até a próxima colheita de 2004. As informações utilizadas na compilação do relatório provêm de várias fontes incluindo dados nacionais sobre a produção agrícola e preços, e dados do levantamento multi-disciplinar levado a cabo em Maio de 2003.

No levantamento do Maio sobre segurança alimentar e nutrição foram incluídos indicadores sócio-demográficos dos AF, níveis de dependência, doenças crónicas; morbidade, estado nutricional, mortalidade (adultos e crianças), medições antropométricas, alimentação infantil, e suplemento em vitamina A. Para além disso, foram ainda recolhidos informações sobre consumo dos alimentos pelas famílias (24 horas), reservas alimentares, perspectivas da segunda época da campanha agrícola 2002/03 e produção de mandioca, pecuária, fontes de rendimentos, estratégias extrema de sobrevivência e programas de mitigação.

O levantamento foi feito em 29 dos 48 distritos afectados pela estiagem nas províncias de Sofala, Manica, Tete, Inhambane, Gaza e Maputo, com uma amostragem de mais do que 5.165 AF. Devido à amostragem aleatória o número de entrevistas por província foi variável, sendo 22% em Inhambane, 19%

em Maputo, 18% em Sofala, 15% em Tete, 14% em Gaza e 12% em Manica.

As zonas de economias alimentares (ZEAs) como base analítica da segurança alimentar. Por definição ZEAs são áreas geográficas nas quais as pessoas partilham opções semelhantes para a obtenção de alimentos e rendimentos monetários, despesas e sujeitas ao mesmo tipo de perigos. A análise foi posteriormente transposta para os respectivos distritos através do agrupamento dos Postos Administrativos abrangidos por cada ZEA. As informações obtidas foram também comparadas com dados de estudos de base e dos Perfis Distritais dos distritos incluídos em cada uma das ZEAs. Deste modo, foi possível localizar os grupos mais vulneráveis a nível dos postos administrativos dos distritos mais afectados pelas calamidades naturais, o que poderá facilitar a priorização das intervenções de assistência técnica e humanitária.

Os resultados do levantamento multi-disciplinar forneceram informações sobre a demografia da população na zona abrangida. Os dados relevantes, ligados as questões de vulnerabilidade, foram os seguintes: AF chefiados por crianças representam, em geral, menos 1% do total com a excepção de Inhambane (1,3%) e AF chefiados por pessoas idosas representam 7,3% do total. Destes AF, com proporções particularmente elevadas em Gaza e Maputo. A percentagem de AF com adulto(s) padecendo de doenças crónicas é particularmente elevada em Gaza (2,5%) e Maputo (2,1%), em contraste com as restantes áreas visadas que apresentam uma percentagem global de 1,5%.

A taxa global de mortalidade nas zonas afectadas é de 30,6 por cada 1000 habitantes por ano. Em comparação com a taxa de mortalidade do inquérito de 1997, é quase duas vezes superior do que à situação encontrada nas províncias naquele ano. Embora nas áreas visadas a proporção global de órfãos de mãe com menos de 15 anos de idade seja semelhante às encontradas no DHS, há algumas variações dignas de realce. As zonas de Maputo e Tete que serviram de amostra apresentam índices acima de duas vezes superior ao que foi encontrado naquelas províncias em geral, enquanto Sofala e Manica têm índices mais baixos. Por outro lado, a percentagem de órfãos de pai com menos de 15 anos de idade aumentou, sobretudo na província de Maputo. A percentagem de crianças que perderam os pais é semelhante agora com a situação encontrada em 1997, contudo a província de Maputo mostra um aumento proeminente.

Os dados nutricionais demonstram que a situação melhorou em termos de desnutrição global desde Novembro 2002. Neste momento consideram-se 6,4% das crianças de 6-59 meses com desnutrição aguda. Em termos populacionais isto não representa uma situação alarmante, mas sim moderada. As crianças órfãs de mãe mostram índices de prevalência ligeiramente superiores aos da média geral, mas a diferença não é significativa em termos estatísticos, devido ao tamanho reduzido da amostra. Além dos dados sobre desnutrição infantil também foram recolhidos dados sobre desnutrição em mulheres e constatou-se que uma em cada cinco apresenta com sinais de desnutrição aguda (22,4%).

A maior parte dos AF parece estar a gerir o segundo choque consecutivo na produção de várias formas: expandindo algumas das suas estratégias de sobrevivência, tais como a venda de animais de pequena espécie ou o ganho-ganho; adoptando estratégias de sobrevivência extremas (passar um dia inteiro sem comer, consumir sementes, vender instrumentos de produção; dependendo cada vez mais da ajuda alimentar).

O cenário global terá que ter em conta o período da realização do inquérito para se poder explicar melhor a presente tendência da disponibilidade e acesso ao alimento entre os diferentes AF. O mesmo foi realizado entre Maio e Junho, período que representa entre um a três meses após a colheita num ano normal (no Sul, a colheita ocorre normalmente em Janeiro, e estende-se até Fevereiro e Março na região Central).

No que respeita a padrões de dietas, depara-se com uma situação precária tendo mostrado um nível de qualidade entre muito baixo a baixo. No levantamento, (98% dos AF). Em algumas áreas, até 50% dos AF não consumiram qualquer tipo de alimento básico num período de 24 horas.

Com a relação as reservas de culturas já colhidas, 65% dos AF têm menos de um mês de alimentos disponíveis. Para as ZEAs ao Sul do Save cerca de 50 % das famílias possui menos de um mês de reservas de alimentos. As ZEAs mais ao Norte do rio Save mostram uma situação mista, mas com a maioria das famílias a possuir reservas até três meses. Para além disso 75% dos AF não têm reservas ou potencial reserva suficiente para cobrir as necessidades até a próxima colheita.

A posse de animais é baixa na maioria das zonas visitadas com apenas 20% dos AF com gado bovino e 50% com caprinos. No entanto, uma percentagem elevada de AF tem aves (cerca de 80% da amostra total). Todavia existem áreas onde os AF não tem nenhuma ave (ZEAs 21, 22 e 23). Perante esta situação o potencial de rendimento proveniente da venda de animais é bastante reduzido para a maioria dos AF. No entanto, importa mencionar que não houve degradação substancial de efectivos de animais entre 2002 e 2003.

A fonte de rendimento é outro indicador importante de segurança alimentar e no que respeita a isso, houve mudanças significativas devido a situação de estiagem. Dentre estas mudanças destacam-se a redução substancial da venda de produção agrícola como principal fonte de rendimento e um aumento da dependência de ganho-ganho como estratégia de sobrevivência.

Mais de um terço de AF recorreu a estratégias extremas de sobrevivência para ultrapassar situações de stress alimentar. Em algumas zonas mais do que 50% das famílias tiveram que utilizar estratégias tais como, passar o dia sem comer, reduzir o número de refeições e comer toda semente.

Reconhece-se que programas múltiplos de mitigação tem sido desenvolvidos mas os mesmos não têm surtido efeitos alargados sobretudo na perspectiva de sustentabilidade. Por outro lado, há que se reconhecer a importância e o papel da ajuda alimentar nas suas diversas formas. Efectivamente, uma grande percentagem de AF conseguiu minimizar os efeitos da seca através de acesso a programas de ajuda alimentar. O número cumulativo das rações distribuídas para os beneficiários desde Junho foi pouco menos de 3 milhões. O maior número de pessoas beneficiadas num só mês foi alcançado em Maio, quando foram abrangidas 469,000 seguidas de um ligeiro decréscimo para 439,000 em Junho.

A integração dessas duas vertentes (ajuda alimentar combinado com programas para fortalecer os mecanismos de sobrevivência), se bem combinado da perspectiva de emergência com o desenvolvimento, poderá vir a surtir efeitos extremamente positivos.

Em suma, a presente ronda do GAV adoptou uma perspectiva mais integrada nas análises da insegurança alimentar e da vulnerabilidade. Os aspectos nutricionais serviram para diagnosticar a magnitude do problema, o que deixou em aberto a necessidade das análises das causas e tendências da malnutrição generalizada. Daí que se procedeu com as análises da disponibilidade e acesso directo de alimento para além da utilização ou seja a avaliação da dieta/padrão do consumo. Paralelamente a isso, analisaram-se as formas indirectas de acesso a alimento, sobretudo, no que respeita às fontes de receita e a respectiva dinâmica interna comparando o ano de referência com o ano 2002 e 2003. Finalmente, ainda como parte das análises foram avaliadas os aspectos das mitigação, com particular destaque para a ajuda alimentar.

Em função do exposto, surge um desafio de extrema importância: **Que AF precisa de assistência? Quantos são e aonde estão? E como estratificar esses grupos para poder permitir uma intervenção diferenciada.** Assim o VAC identificou cerca de 659.000 pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, em 29 distritos, que necessitarão de assistência imediata e contínua até a próxima colheita.

Os distritos afectados da província de Tete apresenta o índice mais alto de vulnerabilidade, com 29 % do total da sua população. Seguem-se as províncias de Gaza, Inhambane e Zambézia (Chinde e Inhassunge) com 22 % , Manica com 17%, Sofala com 16% e Maputo com 14%. No caso específico dos distritos afectados da província de Maputo, tomou-se em conta as vantagens comparativas de alternativas de sobrevivência, o acesso ao mercado e as fontes de rendimento informais, alternativas essas que poderão contribuir para minimizar a situação de insegurança alimentar nesta província.

O VAC identificou ainda, baseado em combinação de indicadores, um grupo de população em risco cuja evolução da vulnerabilidade deve ser monitorada com cautela até a próxima colheita.

Convém mencionar ainda que os números do GAV e do CFSAM justifica-se nas difererem devido as diferenças de metodologias, o peso dado aos indicadores e nas percepções sobre o desempenho da agricultura após a 1ª. Época. Comparando com as avaliações de 2002, o total de pessoas afectadas aumentou ligeiramente, mas observam-se melhorias nalguns distritos e noutros a situação de vulnerabilidade piorou.

Tendo em conta que o presente relatório não permitiu apresentar análises mais profunda, O GAV recomenda que o grupo prossiga com análises adicionais e publicações temáticos visando fornecer diagnósticos mais detalhados e pistas mais coerentes para intervenções.

Por outro lado reconhece-se que não obstante os programas múltiplos lidando com HIV/SIDA, depara-se ainda com uma lacuna no que respeita a interligação insegurança alimentar e HIV/SIDA. Por este facto, torna-se oportuno e pertinente a definição de uma estratégia mais adequada para analisar a dimensão do ciclo vicioso HIV/SIDA com a produção e a insegurança alimentar. A liderança nesse processo deverá ser claramente definida, pois trata-se de estudos casos e temáticos que exigem assistência técnica especializada e coordenação efectiva, para garantir que os resultados sejam rapidamente integrados nas políticas quer ao nível central quer ao nível provincial e aceites pelas agências internacionais parceiras, ONGs e a sociedade civil.

O GAV recomenda ainda programas de intervenções diferenciadas e três níveis dos quais se destacam os seguintes:

Para a população em situação de extrema vulnerabilidade:

- Distribuição imediata, gratuita ou comida pelo trabalho dependendo do perfil do agregado familiar em questão. Isso implica um levantamento antecipado das características dos agregados familiares dentro do distrito.
- Em parceria com a UNICEF reforçar os programas de suplemento alimentar visando atingir crianças e mães desnutridas, sobretudo nos distritos críticos.
- Maior atenção na avaliação de que mecanismos que possam ser usados para permitir com que os agregados familiares iniciem a próxima campanha agrícola com o mínimo de condições e de forma atempada.

Para as populações em risco:

- É necessário que se faça a monitoria da situação até o inicio das primeiras colheitas da próxima campanha agrícola.
- Providenciar assistência em termos de reforço para o arranque da campanha agrícola.

- Desenhar programa em função das lições aprendidas em relação as estratégias de sobrevivência adoptada pelas famílias em diferentes fases ao nível comunitário.
- Fortalecer os programas de comida pelo trabalho, definindo actividades que contribuam para aumentar as receitas familiares ou melhorar serviços.
- Promover actividades para a diversificação de receitas.
- Introdução e disseminação de culturas tolerantes a seca, e de variedades curto ciclo.
- Incrementar a distribuição de material vegetativo de batata doce e estacas de mandioca.
- Promover a emergência de pequenas hortas (pequenas plantações de hortícolas no quintal).
- Quando possível fomentar a emergência de pequenos regadios.
- Promover a criação de animais de pequena espécie, com esquemas de rotação comunitária.

Para além disso, recomenda-se uma monitoria mais consistente. Para tal, torna-se oportuno a definição de um dispositivo que permita monitorar as diferentes fases de intervenção e os respectivos impactos na população.

Posto isso, fica claro que o presente relatório tem aplicações múltiplas destacando-se em primeiro lugar o facto de ser uma base para a planificação da próxima campanha agrícola pelo MADER e um suporte inquestionável para a planificação do INGC. Por outro lado, o mesmo torna-se referência obrigatória para as instituições envolvidas em programas de mitigação e um instrumento fundamental para o PMA quer na articulação com os doadores na negociação dos programas de emergência quer em termos de desenho de estratégias de intervenção.

A importância do relatório estende-se ainda como suporte na planificação das intervenções na assistência diferenciada às populações pelas ONGs. Isso torna-se particularmente verdade quando complementado com publicações temáticas em vias de serem produzidas. Por tudo isso, recomenda-se uma ampla disseminação e discussão do teor deste relatório visando promover maiores sinergias na assistência aos grupos vulneráveis em termos espaciais e temporais.

1 INTRODUÇÃO

O Grupo de Análise de Vulnerabilidade (GAV) do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (SETSAN) realizou a terceira avaliação multi-sectorial da situação de segurança alimentar e nutrição em Moçambique no período de Março a Julho de 2003, em coordenação com o Comité Regional de Análise de Vulnerabilidade do SADC (RVAC-SADC). Os principais objectivos desta avaliação foram:

- Avaliar a situação actual de segurança alimentar e nutrição dos agregados familiares;
- Actualizar a informação recolhida pela Análise de Vulnerabilidade efectuada em Novembro/Dezembro 2002;
- Providenciar informação suficientemente detalhada para facilitar a implementação de planos de acção e o apoio ao nível local/distrital;
- Orientar os órgãos de decisão e demais parceiros sobre as prioridades da assistência humanitária numa perspectiva de emergência combinado com desenvolvimento;

Esta avaliação contou com a colaboração técnica e financeira do RVAC, da UNICEF e da Save de Children (SCF-UK), PMA, FAO, FEWS-NET, em Moçambique.

O inquérito para recolha de dados realizou-se em Maio 2003. A recolha da informação de campo foi feita pelos técnicos de saúde (DPS) e da agricultura (DPADR) nos distritos mais afectados das Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete cobrindo um total de 29 distritos. De salientar que este trabalho foi conduzido cerca de um mês depois da missão de avaliação de culturas e disponibilidade alimentar da FAO/PMA (CFSAM), o que permitiu a incorporação das informações mais consolidadas sobre a disponibilidade de alimentos.

As análises e o relatório foram feitas ao nível central em Maputo. Participaram neste processo técnicos e representantes do MADER- DINA e DINAP, MISAU- Departamento de Nutrição, INGC, PMA, FAO, FEWS-NET Moçambique, UNICEF, SCF-UK e UN OCHA.

É de realçar que todo o processo desde o desenho do questionário, análise e redacção do relatório foi interactivo, envolvendo as diversas instituições o que permitiu uma visão integrada na interpretação sobre a presente situação da vulnerabilidade e da insegurança alimentar.

O esforço conjunto das diferentes instituições resultou no presente relatório de análise de vulnerabilidade e da insegurança alimentar. O resultado das análises tomaram em conta indicadores múltiplos da segurança alimentar e nutrição, nomeadamente os indicadores sócio-demográficos dos agregados familiares, mortalidade (adultos e crianças), medições antropométricas, mobilidade

infantil, alimentação infantil, suplementação em vitamina A, consumo dos alimentos pelas famílias (24 horas), reservas alimentares, perspectivas da segunda época da campanha agrícola 2002/03 incluindo a produção de mandioca, pecuária, fontes de rendimentos, estratégias de sobrevivência e programas de mitigação mostram que cerca de 659,000 pessoas precisam de imediata e contínua assistência até a próxima colheita, que iniciará em Janeiro no Sul e meados de Fevereiro - Março no centro.

O GAV encoraja uma monitoria minuciosa da situação nos meses precedentes a colheita (Outubro a Dezembro) visto que estes meses marcam o período de escassez de alimentos para muita famílias pobres rurais mesmo em anos de boa produção.

2 METODOLOGIA

Descrição do Processo

O presente Inquérito para Análise de Vulnerabilidade decorreu no período de Abril a Julho de 2003, em fases distintas, nomeadamente 1) Preparação do processo; 2) Participação no encontro regional do GAV; 3) Recolha de informações e elaboração do inquérito; 4) Selecção dos aglomerados populacionais (clusters) onde fazer o levantamento; 5) selecção e treinamento de técnicos de nível provincial sobre o questionário e pré- teste deste; 6) Realização do Inquérito; 7) Processamento primário dos dados dos questionários; 8) Análise estatística dos dados e redacção do relatório sobre a Análise de vulnerabilidade em Moçambique.

A preparação do presente GAV envolveu activamente os seus membros. A participação no encontro regional permitiu conhecer os planos e sugestões de todos os países da região, cujas experiências foram tomadas em consideração neste processo em Moçambique.

A elaboração do inquérito foi coordenado pelo consultor da SCF-UK e da UNICEF.

Depois da elaboração do questionário, os inquiridores, 18 técnicos seleccionados das Direcções Provinciais da Saúde e da Agricultura, receberam treinamento durante 4 dias, em Maputo, sobre a metodologia e procedimentos a seguir, e fizeram o pré- teste do questionário, que posteriormente foi ajustado. As instruções para o inquérito estão detalhadamente descritos num guião prático que foi distribuído aos inquiridores. A supervisão provincial coube ao Chefe dos Serviços Provinciais de Agricultura com excepção de Tete que foi feita por um técnico da DP Saúde, num total de 6 supervisores. O treinamento e a elaboração do respectivo material foram feitos pelo consultor da SCF-UK e contou com o apoio da UNICEF.

O inquérito foi feito nas seis províncias do centro e sul de Moçambique, consideradas como as mais afectadas pela estiagem, nomeadamente Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete.

Seguindo a metodologia usada pela UNICEF, foram seleccionados, de forma aleatória, trinta aglomerados (clusters) através de amostras sistemáticas com uma probabilidade proporcional ao tamanho da população (PPS), usando os dados do recenseamento de 1997, num total de 180 aglomerados planeados. Considera-se que o inquérito a um aglomerado fica completo quando tiverem sido entrevistados, indiferentemente, 45 agregados familiares ou 30 crianças com menos de 5 anos de idade (<5 anos).

Devido à amostragem aleatória o número de entrevistas por província foi variável, sendo 22% em Inhambane, 19% em Maputo, 18% em Sofala, 15% em

Tete, 14% em Gaza e 12% em Manica assim como foram abrangidos 29 dos 40 distritos afectados. Foram preenchidos e analisados um total de 5.165 questionários.

É importante salientar que o inquérito foi efectuado após as colheitas da 1ª época, havendo ainda culturas no campo (de 2ª época ou de sementeiras/ ressementeiras) e em áreas com ajuda alimentar.

Inquérito

Neste inquérito sobre segurança alimentar e nutrição foram incluídos indicadores sócio-demográficos dos agregados familiares, níveis de dependência, doenças crónicas; mortalidade e morbilidade, estado nutricional, mortalidade (adultos e crianças), medições antropométricas, alimentação infantil, suplemento em vitamina A, consumo dos alimentos pelas famílias (24 horas), reservas alimentares, perspectivas da segunda época da campanha agrícola 2002/03 e produção de mandioca, pecuária, fontes de rendimentos, estratégias de sobrevivência e programas de mitigação.

A componente de segurança alimentar do inquérito incluiu perguntas que visavam dar uma ideia mais clara de como é que os agregados familiares lidaram com o choque da produção até esta altura do ano, e como é que eles podem aguentar-se nos próximos 6- 9 meses, portanto até a próxima época de colheita. O inquérito foi feito nos finais de Maio e início de Junho, um a três meses após o período normal de colheita (considera-se que a colheita no Sul ocorre normalmente a partir de Janeiro e estende-se até Março no Centro estende-se até Fevereiro/ Março). Portanto, este é pelo menos o segundo ano de choque na produção, tendo em conta que o ano passado foi também um ano de seca no Sul e Centro de Moçambique. A maioria dos agregados familiares gere o segundo choque consecutivo na produção usando formas tais como:

- Intensificação no uso de algumas das suas estratégias de sobrevivência, tais como a venda de animais de pequena espécie (principalmente galinhas e cabritos) ou o *ganho ganho* (trabalho diário informal pago em alimentos ou em numerário),
- Adoptando estratégias de sobrevivência negativas (passar um dia inteiro sem comer, consumir sementes, vender instrumentos de produção),
- Dependente cada vez crescente de da ajuda alimentar

Processamento e análise dos dados

O processamento primário dos inquéritos foi feito por um serviço especializado externo. O exercício de cruzamento de indicadores foi garantido pela consultora do GAV Regional enviada a Maputo, que foi assistida pelo consultor do PNUD- Moçambique.

Usaram as zonas de economias alimentares (ZEAs) como unidade analítica. Por

definição ZEAs são áreas geográficas nas quais as pessoas partilham opções semelhantes para a obtenção de alimentos e rendimentos monetários e são sujeitas ao mesmo tipo de perigos.

Os resultados do inquérito foram agrupados por ZEAs, permitindo deste modo avaliar a situação actual e a esperada pelos inquiridos para os próximos 3, 6 ou mais meses em áreas não cobertas pelo inquérito mas com as mesmas características dos locais seleccionados. A análise das ZEAs foi posteriormente transposta para os respectivos distritos através do agrupamento dos Postos Administrativos abrangidos por cada ZEA. As informações obtidas foram também comparadas com dados de estudos de base e dos Perfis Distritais dos distritos incluídos em cada uma das ZEAs. Deste modo, foi possível localizar os grupos mais vulneráveis a nível dos postos administrativos dos distritos mais afectados pelas calamidades naturais, o que poderá facilitar a priorização das intervenções de assistência técnica e humanitária.

Os dados foram também agrupados por província para serem analisados e comparados com os resultados do GAV de Novembro de 2002 e do CFSAM 2003.

3 INDICADORES MACROECONOMICOS

A situação da segurança alimentar e nutrição em Moçambique requer intervenções multi-sectorial de uma forma coordenada para compreender e tomar medidas apropriadas que visam minimizar a situação de insegurança alimentar e malnutrição das populações.

O Governo de Moçambique em conjunto com os parceiros tem vindo a implementar uma série de acções com o objectivo de caracterizar as causas da insegurança alimentar e desnutrição, para melhor entender as estratégias que as famílias vulneráveis usam com vista a mitigação do problema, nomeadamente o reforço da capacidade das populações rurais de produzir; de gerar receitas monetárias; e os mecanismos de sobrevivência. Este conhecimento permite melhorar a articulação entre a ajuda alimentar e actividades de desenvolvimento com vista a estimular o desenvolvimento do mercado.

Pelo facto de cerca de 80% da população em Moçambique viver no meio rural e por inferência depender da actividade agrária (particularmente a agricultura e pecuária), a análise macro-económica no presente relatório inclui os aspectos da produção e stocks com vista a avaliar a disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos para posteriormente associá-los aos aspectos de políticas, funcionamento dos mercados e da ajuda alimentar que são aspectos chaves para desenvolver um conhecimento macro-económico da vulnerabilidade corrente de 2003 no País.

3.1 CAMPANHA AGRÍCOLA DE 2002/03

As condições climáticas não foram favoráveis para a agricultura nem para a recarga dos lençóis freáticos para abastecimento de água. O nível de água na presente época é inferior ao da época chuvosa passada, que também foi considerado um ano de seca (DNA, 2003).

As fracas quedas pluviométricas afectaram a disponibilidade da água particularmente, nas bacias dos rios Incomati, Umbeluzi e Maputo e uma área considerável da bacia do rio Limpopo. Esta situação tem vindo a reflectir-se na vida das populações das áreas afectadas, particularmente, no que diz respeito ao acesso às fontes de água potável que está cada vez mais difícil.

A precipitação total da época chuvosa 2002/03 foi 50% abaixo do normal na maior parte da zona Sul e partes da zona Centro de Moçambique com efeito directo no cultivo de culturas alimentares que na sua maioria são cultivadas em regime de sequeiro.

A campanha agrícola 2002/03 caracterizou-se por factores adversos incluindo a estiagem que assolou as regiões Sul e uma parte do Centro de Moçambique, e

a ocorrência de ciclones (*Delfina e Jaffet*) que afectaram os distritos costeiros das províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Inhambane.

As áreas perdidas principalmente devido à estiagem, foram estimadas em cerca de 237.000 ha, o que corresponde a 6% da área semeada na presente campanha agrícola, ao nível nacional.

Apesar dos factores que influenciaram negativamente a campanha agrícola, o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) estimou que o nível de produção aumentou em 2% para os cereais, 1% em leguminosas e 4% em mandioca ao nível nacional. Estes resultados dependem dos altos rendimentos observados nas culturas semeadas nas províncias do Norte do País. De realçar que, estas estimativas foram confirmados pela última missão de avaliação das culturas e disponibilidade de alimentos FAO/PMA (Vide **tabela 1**).

Tabela 1: Variação da Produção nas Campanhas Agrícolas 2001/02 e 2002/03

Grupos de culturas	Área semeada 2002/03 (Ha)	Produção 2001/02 (Toneladas)	Produção 2002/03 (Toneladas)	Varição Produção (%)
Cereais	2.153.000	1.767.000	1.811.000	2
Leguminosas	717.000	287.000	289.000	1
Mandioca	1.046.000	5.925.000	6.148.000	4

Fonte: Departamento de Aviso Prévio para Segurança Alimentar

As análises agregadas da produção muitas vezes escondem a realidade e não ilustram a variabilidade produtiva das culturas ao nível local. Na presente campanha foram reportadas perdas das áreas cultivadas devido principalmente aos efeitos da estiagem. A **tabela 2** mostra que as províncias de Maputo e Gaza foram as mais afectadas pela estiagem e tiveram perdas na ordem de 32 e 31%, respectivamente. Contrariamente, Sofala (com 3%) foi a província que teve menores percas das áreas semeadas.

Tabela 2: Áreas semeadas, perdidas e produção dos cereais, leguminosas e mandioca na Campanha agrícola 2002/03

Províncias	Maputo	Gaza	Inhambane	Sofala	Tete	Manica
Área (Ha)						
Área total semeada	109,000	309,000	355,000	248,000	332,000	291,000
Area de Cereais	68,000	171,000	152,000	196,000	259,947	275,138
Áreas totais perdidas	35,400	96,000	38,000	7,900	16,600	34920
Percentagem %	32	31	11	3	5	12
Produção (toneladas)						
Cereais	19,000	45,000	42,000	157,000	221,000	211,000
Milho	16,000	31,000	28,000	80,000	221,197	210,547
Leguminosas	6,000	12,000	33,000	12,000	22,000	2,700
Mandioca	13,000	123,000	346,000	82,000	7,800	7,700

Fonte: Departamento de Aviso Prévio para Segurança Alimentar

A disponibilidade alimentar deve ser complementada com as necessidades alimentar para se poder ter uma visão mais clara das zonas de défice/excedente e as famílias potencialmente vulneráveis.

3.2 BALANÇO ALIMENTAR DE CEREAIS

De acordo com a folha de balanço alimentar do ano comercial 2003/04 (Março a Abril) pode se observar três cenários distintos:

- Zona Norte (Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia¹) apresentou excedente de cereais de 344.000 toneladas, o que representa um incremento de 26% comparado com o ano comercial 2002/03. Para o caso do milho verificou-se que a zona tem um excedente de cerca de 380.000 toneladas traduzindo-se num aumento de 23% comparado com ano comercial 2002/03 (**Tabela 3**).
- Zona Centro (Tete, Manica e Sofala) apresentou um défice de 115.000 toneladas representando um agravamento do défice em 7% comparado com o ano comercial 2002/03. Para o caso do milho nota-se que a zona teve um défice de cerca de 58.000 toneladas que se traduz num aumento de 49% comparado com ano comercial 2002/03 (**Tabela 3**).
- Zona Sul (Inhambane, Gaza e Maputo) ilustrou um défice de cereais significativamente alto de cereais sendo de 727.000 toneladas . Isso representa um agravamento do défice em 19% comparado com o ano comercial 2002/03. Para o caso do milho pode observar que exhibe um défice de cerca de 381.000 toneladas o que representa um aumento de 30% comparando com ano comercial 2002/03 (**Tabela 3**).

¹ Devido a similaridades do funcionamento do mercado a Província da Zambézia é tratada como sendo parte da região Norte do País, na análise da Folha de Balanço Alimentar.

Tabela 3: Balanço Anual de Alimentos (x 000 Toneladas Métricas) por regiões de Moçambique

PRODUTOS	Milho		Cereais		Leguminosas		Mandioca	
	2002/03	2003/04	2002/03	2003/04	2002/03	2003/04	2002/03	2003/04
Região Norte								
Total Disponível	662	749	1000	1102	201	199	4700	4804
Necessidades de Consumo	353	368	728	758	193	191	4114	4417
Défice/Excedente	309	380	273	344	8	8	587	387
Região Centro								
Total Disponível	461	447	622	623	38	60	210	103
Necessidades de Consumo	500	505	728	737	36	57	385	384
Défice/Excedente	-39	-58	-107	-115	2	2	-176	-286
Região Sul								
Total Disponível	130	80	189	135	59	51	470	514
Necessidades de Consumo	422	461	801	862	71	60	530	487
Défice/Excedente	-292	-381	-612	-727	-13	-9	-60	27

Fonte: DNC/MIC

Em suma, a folha de balanço ao nível nacional apresenta o seguinte panorama:

- o Défice de cereais na ordem de 497.000 toneladas no ano comercial 2003/04, sendo 59.000 toneladas provenientes da cultura do milho, o que corresponde a um défice de cereais na ordem de 11% comparado ao ano comercial passado.
- o As leguminosas e mandioca registaram um excedente de cerca de 57.000 e 142.000 toneladas, respectivamente.

O DNC prevê uma necessidade de importação comerciais no Sul para cobrir o défice. Apesar das reservas finais parecerem adequadas particularmente para as Regiões Norte e Centro para responder as necessidades de consumo do país, vai persistir défices localizados, devido a combinações de factores adversos (exemplo, altos custos de transporte) e a inabilidade de algumas famílias suprirem esses défices através de compras.

3.3 PREÇOS

Os preços estão directamente correlacionados com a oferta e procura do produto o que, por inferência, são fortemente afectados pelas tendências da produção. Neste documento ilustramos apenas a tendência dos preços do milho pelo facto deste produto representar o alimento básico da maioria das famílias em Moçambique. Para além deste cereal ser uma importante fonte de receita no meio rural nos anos da boa produção o milho é também o produto que absorve a maior parte das receitas das famílias particularmente nos "anos maus".

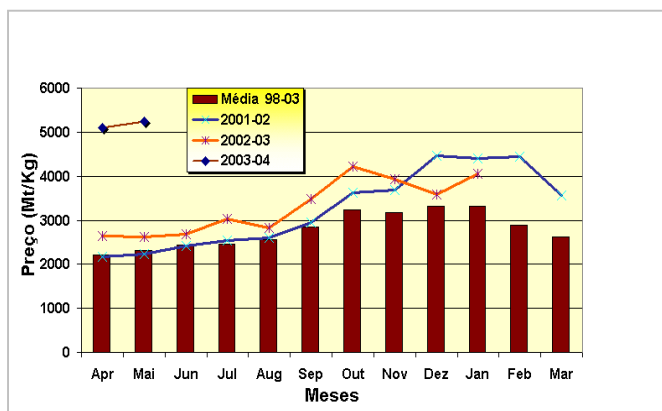
De um modo geral, os preços a retalho do milho tendem a subir no período de Novembro a Março, descem drasticamente com a época da colheita que se inicia em Abril para depois registarem uma subida gradual a medida que o ano progride. Contudo, esta tendência é agravada durante os anos de escassez. Por esta razão pretendemos analisar a situação dos preços nas províncias consideradas mais vulneráveis. De entre elas destacam-se as seguintes províncias:

MAPUTO

A análise do preço do milho nesta província foi feita tendo em consideração a produção, importação e ajuda alimentar, sendo este último um dos principais factores determinantes da flutuação dos preços.

O gráfico 1 ilustra que no ano comercial de 2002/03 (Março/Abril) houve um incremento do preço em relação ao ano 2001/02 com a excepção do período entre Novembro a Dezembro altura em que foi baixo comparativamente ao ano anterior. As razões da queda nesse período foram atribuídas aos programas da ajuda alimentar e a um incremento dos níveis de importação.

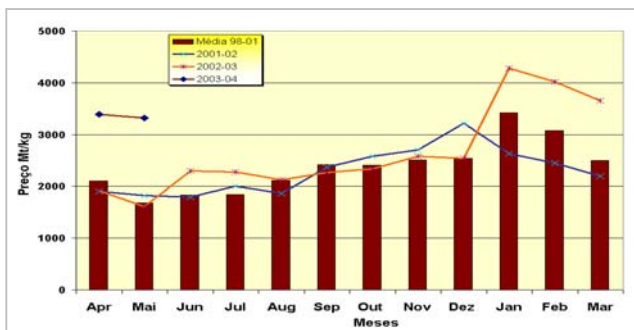
Gráfico 1: Preço Nominal do Milho ao Retalhista -Maputo 98-2004



Durante ano comercial 2002/03 houve flutuações de preços dignos de registo. De Agosto a Outubro registou-se uma subida substancial, variando de 4200Mt para quase 6500Mt, o que representa uma flutuação na ordem de 55%. Entretanto, nota-se ainda que no ano comercial 2003/04 (Abril/Março) os preços do milho estão muito acima da média tendo-se reportado os valores acima de 5000Mts/Kg nos meses de Abril e Maio.

Gaza

Gráfico 2: Preço Nominal do Milho ao Retalhista-Gaza



Nesta província, os preços do milho em 2002/03 exibiram um padrão ligeiramente superior ao ano comercial anterior devido principalmente a baixa produção deste cereal. (Gráfico 2). No ano comercial de 2003/04, pode-se observar que a ascensão será ainda exacerbada pelo facto de já haver um incremento de preços atingindo os valores de quase

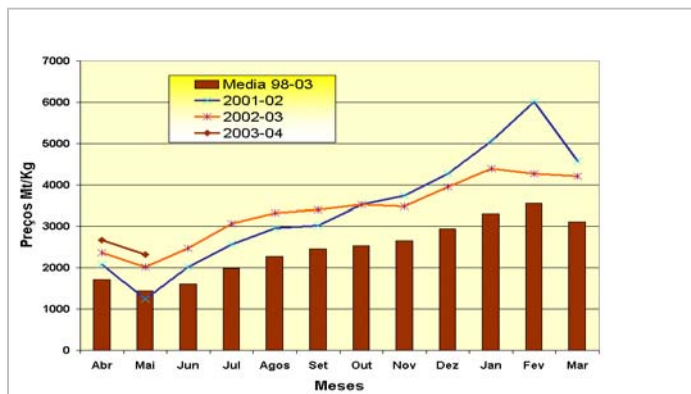
3.500Mts/Kg nos meses de Abril e Maio 2003.

Esta indicação sugere a importância de uma monitoria mais cautelosa neste mercado uma vez que preços consistentemente altos podem alterar os padrões de compra e reduzir o consumo deste produto.

Sofala

O ano comercial 2002/03 apresentou variações consideráveis do preço todavia, a flutuação foi inferior aos preços observados no ano anterior, provavelmente porque a campanha agrícola 2001/02 foi melhor que a de 2000/01 (Gráfico 3). Os valores do milho no início do presente ano comercial (Abril 2003/04) foi relativamente baixo

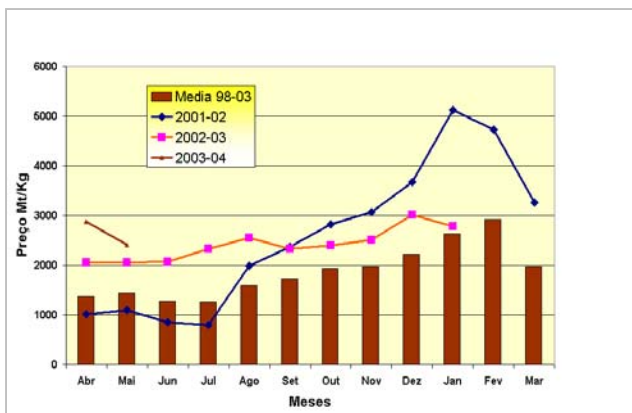
Gráfico 3: Preço Nominal do Milho ao Retalhista-Beira 98-04



comparável ao ano comercial anterior. Esta tendência é devido ao seguinte: (a) relativa boa produção do milho na campanha agrícola 2001/02 comparativamente a 2002/03 (b) entrada regular de produtos substitutos (tal como o arroz), e c) boa produção do milho nos Países vizinhos tais como o Malawi e a Zâmbia.

TETE

Gráfico 4: Preço Nominal do Milho ao Retalhista Tete 98-04



Observou-se que os preços do milho no início da campanha comercial 2003/04, particularmente em Maio de 2003 foi 8% inferior que aos observado em Abril de 2003 (Gráfico 4). Pode-se inferir que a boa produção no Malawi, principal comprador do milho de Tete, está a contribuir para a diminuição da procura. Neste sentido é importante que haja um dinamismo do mercado dentro da província que favoreça a compra do milho nos distritos

excedentários para os distritos deficitários.

3.4 PECUÁRIA

A pecuária é um complemento importante do sector agrário, sobretudo pelo papel que desempenha para as famílias no combate a pobreza para além do contributo que dá ao desenvolvimento económico nacional. Estima-se que “cerca de 3 milhões de famílias em Moçambique que vivem no meio rural tem actividade pecuária como recurso importante para aumentar a segurança alimentar e a geração das receitas. Em caso de crise, sobretudo em “anos maus”, as famílias recorrem aos seus efectivos de animais como alternativa para mitigar os efeitos de redução na produção agrícola. A venda de animais acima do normal é um indicativo da ocorrência de problemas alimentares graves; esta estratégia tem um impacto negativo no futuro da segurança alimentar dos agregados familiares devido a dificuldade deles reporem o efectivo de animais após a crise

Segundo os dados do Censo de 1999/00 estima-se a existência de 700.000 cabeças de gado bovino concentradas nas regiões Centro e Sul e 5 milhões de caprinos concentrados na região Centro do País. Esta fonte estima ainda que os efectivos de suínos rondam a volta de 2.400 milhões e de ovinos estão a volta de 174.000 cabeça. As aves que se encontram de uma forma geral distribuídas para todos os pontos do País também representam uma importante fonte de receitas, sobretudo para as famílias mais pobres.

O Governo, através da Direcção Nacional da Pecuária tem prestado atenção especial a esta matéria, sobretudo nas regiões onde se tem verificado ocorrência de secas cíclicas e ou inundações. Neste sentido importa destacar as seguintes acções em curso: a) Fomento de gado bovino para a melhoria da produção de carne e leite, b) Fomentos de animais de pequenas espécies, especial ênfase para as galinhas locais, e c) Promoção de programas de vacinação particularmente o “New castle” e mais recentemente a Febre Afetosa.

3.5 HIV/SIDA E A SEGURANÇA ALIMENTAR

Moçambique tem uma das taxas mais altas de prevalência de HIV/SIDA no mundo. De acordo com dados dos Postos de Vigilância de 2001 (INE/MOH 2001), 13% da população adulta (15-49 anos) é seropositiva – 17% na zona Centro, 14% na zona Sul e 6.9% no Norte. Um número estimado em 1.2 milhões de pessoas estavam vivendo com o HIV/SIDA em 2001, dos quais aproximadamente 7% eram crianças (0-14 anos de idade) vítimas de infecção vertical (a infecção passa da mãe para o bebé).

Estima-se que mais de 500 pessoas por dia ficam infectadas com o HIV, sendo o grupo alvo a população com idade inferior a 29 anos. Aproximadamente 57% dos adultos Moçambicanos (15-49 anos) que vivem com HIV/SIDA são mulheres. A disparidade em termos de género é ainda mais assustadora no grupo etário dos 20-24 anos em que a proporção de mulheres que vivem com HIV é na

ordem quatro mulheres para cada homem. Mais de 230.000 crianças tinham perdido a mãe ou ambos pais devido ao SIDA em 2001.

Os efeitos combinados do HIV/SIDA e calamidades naturais, incluindo a actual seca, aumentaram consideravelmente a vulnerabilidade da população pobre (67% da população afectada pela seca vive nas quatro províncias com taxas de prevalência mais altas do País nomeadamente as províncias de Manica, Tete, Sofala e Gaza).

De um modo geral, as famílias afectadas pelo HIV/SIDA tendem a ter uma fraca capacidade produtiva o que, limita o seu auto sustento. As crianças e os adultos que vivem com o HIV/SIDA são extremamente vulneráveis às condições adversas. A probabilidade de infecções oportunista é maior quando houver uma combinação de nutrição inadequada, escassez de água e saneamento, e um aumento no volume de trabalho. O aumento de doenças e mortes entre os jovens, e por conseguinte, a redução da produtividade, tende a abrandar o progresso das famílias e das comunidades saírem da pobreza.

3.6 POLITICAS

A implementação de políticas que visam garantir a implementação, monitoria e a avaliação, da situação de segurança alimentar e nutricional em Moçambique, são importantes porque, elas contribuem para a redução dos altos níveis de vulnerabilidade existentes no País. Neste capítulo é apresentado um resumo das principais políticas que de forma directa influenciam na implementação de acções atempadas e apropriadas que garantem a redução a insegurança alimentar e vulnerabilidade.

Coordenação institucional do SETSAN

O Governo e os seus parceiros (principalmente a FAO, FEWS NET, e GTZ) tem vindo a emanar esforços para reforçar a coordenação institucional através do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (SETSAN). Com o reforço da coordenação institucional pretende-se:

- o Fortalecer a coordenação das actividades de segurança alimentar e nutrição
- o Harmonizar as metodologias de modo a validar os resultados que facilitam a tomada de decisão, planificação, e implementação de acções que visam reduzir a insegurança alimentar e desnutrição, particularmente da população mais vulnerável.

Planos de Mitigação

Para reduzir os efeitos das calamidades naturais o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) e os seus parceiros têm vindo de forma participativa

elaborar e implementar o Plano de Contingência aos Desastres Naturais desde o ano de 2000. Este plano é um instrumento útil que ajuda a planificação e a intervir com vista a assistir a população afectada pelos desastres naturais (cheias, secas, ciclones) e permitir que a população volte a vida normal.

Programas de sementes

A produção agrícola depende fundamentalmente da disponibilidade da semente, sendo este muitas vezes, o factor determinantes para garantir a produção e a produtividade. No caso de Moçambique, devido ao fraco poder de compra dos camponeses, a fonte principal das sementes provém da própria reserva do camponês e a assistência esporádica de distribuição de sementes feitas pelas ONGs e as demais instituições governamentais. Contudo, ao longo das últimas três campanhas agrícolas, a combinação de seca com inundações fragilizaram os sistemas tradicionais de fornecimento de sementes. Por outro lado, as alternativas de fornecimento através de assistência humanitária não mostraram sustentabilidade.

Por esse facto, o MADER (DINA/INIA), com o apoio da FAO e ICRISAT, tem vindo a melhorar o acesso a semente de boa qualidade através da produção local de sementes, e a realização de feiras comunitárias desse importante insumo. Como componente principal desse esquema, está-se a introduzir o modelo de feiras, que, apesar de estar na sua fase embrionária exhibe vantagens múltiplas.

Plano de acção de mitigação a seca

É cada vez mais evidente a relevância da implementação de programas sustentáveis de intervenção para colmatar a fragilidade do país em relação aos desastres naturais. É nesse contexto que o MADER elaborou um Plano de Acção de Mitigação à Seca no qual são identificadas várias intervenções, resultado de uma larga participação através de um intenso diálogo a vários níveis que envolveram todos intervenientes na redução da vulnerabilidade à insegurança alimentar. De entre as várias acções preconizadas no plano de acção destacam-se as seguintes:

- Alargamento das áreas com culturas perenes, através de produção e distribuição de plântulas;
- Produção intensiva de hortícolas e outras culturas anuais;
- Multiplicação de rama de batata doce e estacas de mandioca como material tolerante à seca e para a substituição de variedades sensíveis a doença de podridão radicular da mandioca;
- Produção e multiplicação local de sementes;
- Realização de feiras de sementes;
- Aquisição e fornecimento de kits de equipamento de protecção e combate as pragas e doenças;
- A utilização intensiva de recursos hídricos através da construção e reabilitação de sistemas de regadio, represas e fontes de água, bem como a aquisição e montagem do equipamento de regadio (exemplo,

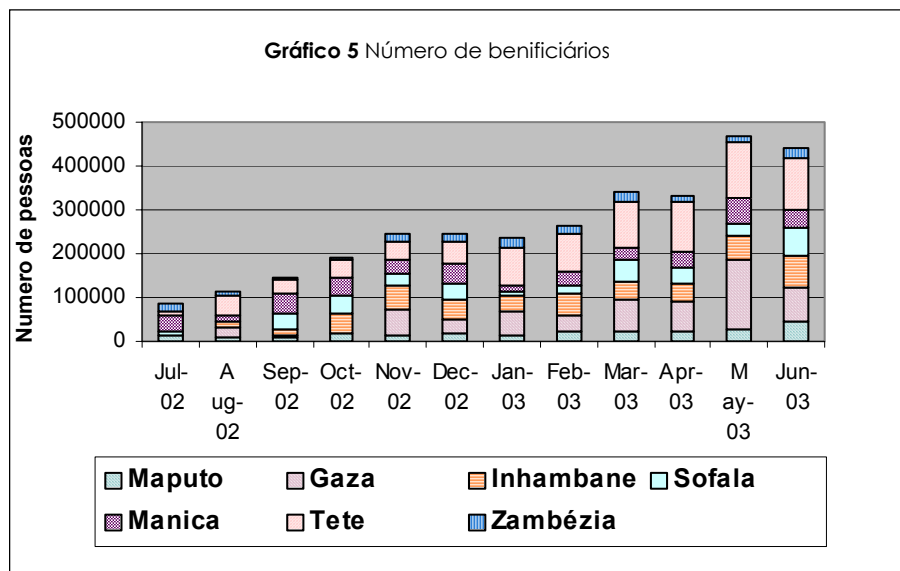
bombas pedestais) visando garantir intervenções sustentáveis.

O presente plano de acção assume uma perspectiva estrutural de longo prazo, pois toma em conta que muitos distritos afectados por estas condições agro-ecológicas não são apropriadas para a agricultura em regime de sequeiro. É assim que, se estão a disseminar tecnologias hidro-agrícolas que possam contribuir para o aperfeiçoamento dos sistemas de produção elevando a maior diversificação dos alimentos e melhoria da dieta alimentar das populações que vivem, sobretudo, nas zonas vulneráveis a seca.

3.7 ASSISTÊNCIA ALIMENTAR

Como resposta a seca do ano passado, o Programa Mundial de Alimentação e os seus parceiros continuaram a expandir o programa de ajuda alimentar para incluir o crescente número de beneficiários de ajuda alimentar desde o princípio das Operações de Emergência em Julho de 2002, conforme ilustra a Gráfico 4. O número

cumulativo das rações distribuídas para os beneficiários desde Junho foi pouco menos de 3 milhões. O maior número de pessoas beneficiadas num só mês foi alcançado em Maio, quando foram abrangidas 469,000 seguidas de um ligeiro decréscimo para 439,000 em Junho.



Fonte: Programa Mundial de Alimentação

Esta assistência alimentar está sendo distribuída em 38 distritos mais afectados das zonas sul e centro de Moçambique. A partir de Junho cerca de 20% dos beneficiários receberam alimentos através dos programas de Alimentação dos Grupos Vulneráveis, e através das actividades do Programa de Comida pelo Trabalho. O total da ajuda alimentar distribuída foi de 48.000 TM no período de 12 meses. A partir de Fevereiro de 2003, um número adicional de 115.000 crianças abaixo dos cinco anos, mulheres grávidas ou que amamentam foram abrangidas através do programa de suplemento alimentar apoiado pelo PMA e pela UNICEF e parceiros de implementação. Espera-se que este número suba para 211.000 em outubro. Todos os beneficiários receberam rações fortificadas de uma mistura de milho e soja, e todas as crianças também receberam o suplemento da vitamina A.

4 RESULTADOS DO INQUÉRITO SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

4.1 SITUAÇÃO ACTUAL DE SAÚDE E NUTRIÇÃO

4.1.1 Aspectos Demográficos

Tabela 4: Rácio de dependência e rácio efectivo de dependência

Todos os residentes	n	Rácio de dependência ²	Rácio efectivo de dependência ³
Total	5174	1,48	1,50
Maputo	989	1,35	1,38
Gaza	717	1,47	1,50
Inhambane	1154	1,19	1,20
Sofala	905	1,53	1,54
Manica	621	1,55	1,56
Tete	788	1,62	1,63

O rácio de dependência calculado neste inquérito mede o rácio entre, por um lado, crianças menores de 18 anos e adultos idosos com sessenta anos ou mais e, por outro, o total de adultos de 18-59 anos por agregado familiar. O rácio efectivo de dependência difere apenas no facto de transferir os adultos doentes do denominador para o numerador. O rácio de dependência na população alvo é, no geral, de 1,48, havendo apenas pequenas variações entre as províncias (Vide **tabela 4**).

Tabela 5: Factores de vulnerabilidade com base na situação dos agregados familiares

Agregados Familiares (AF)	n	AF chefiados por crianças	AF chefiados por pessoas idosas	AF chefiados por pessoas do sexo feminino	AF com adulto(s) com doença crónica	AF com pelo menos um órfão <15 anos
Total	5174	0,9%	7,3%	23,7%	1,5%	15,7%
Maputo	989	0,8%	13,8%	31,2%	2,1%	23,5%
Gaza	717	0,9%	10,2%	28,9%	2,5%	19,3%
Inhambane	1154	1,3%	7,4%	33,8%	1,7%	14,6%
Sofala	905	0,5%	4,7%	16,7%	0,8%	9,5%
Manica	621	1,0%	5,2%	21,0%	1,1%	14,0%
Tete	788	1,0%	3,1%	14,1%	0,4%	12,6%

Os agregados familiares chefiados por pessoas do sexo feminino representam 23,7% do total de agregados da população alvo. Eles existem em proporções particularmente elevadas em Inhambane (33,8%) e em Maputo (31,2%). Os

² Rácio de dependência = ((crianças < 18 anos) + (adultos ≥60 anos)) / (adultos 18-59 anos)

³ Rácio efectivo de dependência = ((crianças < 18 anos) + (adultos ≥60 anos) + (adultos doentes 18-59 anos)) / (adultos saudáveis 18-59 anos)

agregados familiares chefiados por crianças representam, em geral, menos de um por cento do total com exceção de Inhambane (1,3%). Os agregados familiares chefiados por pessoas idosas foram aqui definidos como famílias cujos chefes têm 60 anos ou mais e que integram pelo menos uma criança (<18 anos).

Nas áreas visadas existem 7,3% destes agregados familiares, com proporções particularmente elevadas em Gaza e Maputo. As percentagens de agregados familiares com adulto(s) padecendo de doenças crónicas são numerosas em Gaza (2,5%) e Maputo (2,1%), em contraste com as restantes áreas visadas que apresentam uma percentagem global de 1,5%. Os agregados familiares que cuidam de pelo menos um órfão (<15 anos) representam 15,7%. Esta percentagem é muito elevada nas províncias de Maputo (23,5%) e Gaza (19,3%) (vide **tabela 5**).

Tabela 6: Órfãos com menos de 15 anos

Crianças	n (<15 anos)	Órfãos de mãe		Órfãos de pai		Órfãos de ambos	
		GAV Maio 2003	DHS 1997	GAV Maio 2003	DHS 1997	GAV Maio 2003	DHS 1997
Total	12252	3,8%	2,5%	10,0%	5,2%	1,4%	1,0%
Maputo	2386	5,1%	0,2%	16,3%	4,9%	2,5%	1,1%
Gaza	2135	3,7%	2,6%	11,3%	8,0%	1,2%	1,4%
Inhambane	2018	5,5%	3,8%	10,4%	4,8%	1,6%	1,1%
Sofala	2208	2,0%	5,2%	7,0%	4,1%	0,6%	1,7%
Manica	1882	2,9%	1,8%	6,0%	7,3%	1,6%	1,0%
Tete	1623	4,3%	2,3%	9,6%	5,4%	1,7%	1,0%

Tabela 7: Órfãos com menos de 5 anos

Crianças	n (<5 anos)	Órfãos de mãe		Órfãos de pai		Órfãos de ambos	
		GAV Maio 2003	DHS 1997	GAV Maio 2003	DHS 1997	GAV Maio 2003	DHS 1997
Total	5394	2,4%	0,7%	6,5%	5,2%	0,7%	1,0%
Maputo	965	3,8%	0,1%	12,0%	4,9%	1,8%	1,1%
Gaza	964	2,4%	0,3%	6,4%	8,0%	0,4%	1,4%
Inhambane	744	3,1%	0,3%	5,6%	4,8%	0,6%	1,1%
Sofala	1022	1,4%	1,2%	5,9%	4,1%	0,2%	1,7%
Manica	912	1,5%	0,6%	3,5%	7,3%	0,6%	1,0%
Tete	787	2,7%	1,2%	6,6%	5,4%	0,9%	1,0%

Embora nas áreas visadas a proporção global de órfãos de mãe (com menos de 15 anos) de idade seja semelhante às encontradas no DHS, há algumas variações dignas de notar. As zonas de Maputo e Tete que serviram de amostra apresentam índices duas vezes mais superior ao que foi encontrado naquelas províncias em geral, enquanto Sofala e Manica têm índices mais baixos.

Em geral, a percentagem de órfãos de pai (com menos de 15 anos de idade) aumentou, sobretudo na província de Maputo. É notável que nesta província, os órfãos de pai com menos de cinco anos de idade é duas vezes mais superior ao que foi encontrado no inquérito de DHS.

A percentagem de crianças que perderam os seus pais é semelhante agora á situação encontrada em 1997. Porém, a província de Maputo mostra um aumento proeminente (vide **tabela 6 e 7**).

O índice de orfandade entre as crianças mais novas é mais elevado ma maioria das províncias, o que sugere tratar-se de um fenómeno mais recente nas áreas visadas. Tal situação aumentará a vulnerabilidade das comunidades que ainda não se adaptaram a estas perdas e poderá sugerir uma tendência para o aumento do número de óbitos entre os adultos.

5.1..2 Mortalidade

Tabela 8: Taxa de mortalidade anual por cada mil habitantes

População	n	Global (p/1000)	DHS 1997	0-4 anos (p/1000)	5-14 anos (p/1000)	15-49 anos (p/1000)	50+ anos (p/1000)
Total	29584	30,6	21,2	65,1	10,6	33,2	143,1
Maputo	5794	34,5	5,0	51,0	8,1	35,4	99,5
Gaza	4643	28,4	20,1	72,5	9,8	14,1	99,6
Inhambane	6174	35,6	19,9	56,1	22,5	42,5	212,4
Sofala	4679	51,3	21,6	88,1	23,2	84,7	264,5
Manica	3933	31,5	20,7	90,5	8,1	26,3	111,1
Tete	4361	15,6	20,5	35,4	0,0	25,0	129,0

A taxa global de mortalidade nas zonas afectadas é 30,6 por cada 1000 habitantes por ano. Em comparação com a taxa de mortalidade do inquérito de 1997, é quase duas vezes superior do que a situação encontrada nas províncias em geral naquele ano (vide **tabela 8**).

5.1.3 Situação Nutricional

Malnutrição Aguda em Crianças de 6-59 Meses

A malnutrição aguda (baixo peso para a altura) indica uma deficiência nutricional recente ou actual. Este é o indicador mais importante, dos vários indicadores, para identificar a malnutrição actual. A malnutrição aguda é determinada através da comparação da relação peso-altura da criança com a de uma população de referência, definida internacionalmente. Quando o resultado revela – 2 desvios padrão (SD) ou mais, da norma esperada, considera-se que a criança sofre de malnutrição aguda. As variações de –2SD ou mais são definidas como malnutrição global aguda, enquanto as variações de –3SD indicam uma malnutrição aguda grave. Todas as crianças com

edema, são consideradas como tendo malnutrição aguda.

Tabela 9: Prevalência de Malnutrição Aguda, em Crianças de 6-59 meses

Crianças com 6-59 meses	n	GAV Maio 2003		Malnutrição Aguda Global $\leq -2SD$	
		Malnutrição Aguda Global $\leq -2SD$	Malnutrição Aguda Grave $\leq -3SD$	GAV Nov- Dez 2002	QUIBB 2000/1
Total	5223	6,4%	2,9%	6,4%	5,5%
S. masculino	-	6,8%	3,2%	6,7%	5,5%
S. feminino	-	5,9%	2,6%	6,2%	5,5%
Maputo	905	14,8%	11,5%	8,0%	3,3%
Gaza	865	4,9%	2,5%	11,2%	3,9%
Inhambane	689	4,5%	2,3%	4,6%	4,4%
Sofala	933	4,8%	1,8%	4,0%	3,8%
Manica	907	4,3%	0,7%	6,7%	4,5%
Tete	924	7,8%	1,8%	6,7%	6,1%
Órfãos de mãe	113	7,1%	0,0%	9,3%	

A prevalência de malnutrição global aguda, em crianças com 6-59 meses, é de 6,4%. Esta prevalência reflecte uma situação de alarme, uma vez que de acordo com os padrões da OMS, a situação nutricional, a nível destas populações é considerada como moderada.⁴ Maputo e Tete foram as províncias com mais altas taxas de malnutrição, porém os resultados de Maputo devem ser interpretados com cuidado, porque 10% da malnutrição aguda global se deve a presença de edema, o que indica uma possibilidade de erro no diagnóstico de edema pela equipa desta província.

Parece não haver uma diferença significativa entre rapazes e raparigas, o que condiz com estudos anteriores feitos em Moçambique. Para o caso dos órfãos de mãe, a prevalência é mais baixa (7.1%) comparativamente a Nov.-Dez., 2002 (9.3%), mas devido ao pequeno número de indivíduos da amostra, este dado deve ser interpretado com cuidado.

Ainda comparativamente à Nov.-Dez., 2002, constatou-se que a situação no geral não sofreu grandes alterações; no entanto, comparando província por província observa que Maputo subiu de 8% à 14.8% (não esquecer que 10% se deve a presença de edema), e Gaza desceu de 11.2% à 4.9%, o que reflecte uma melhoria da situação nutricional dos menores de cinco anos. Para as

⁴ Segundo a Organização Mundial de Saúde, a gravidade da malnutrição aguda numa determinada comunidade pode classificar-se da seguinte maneira:

Prevalência de malnutrição aguda (% abaixo da média – 2SD)	Gravidade da malnutrição
<5%	Aceitável
5-9%	Moderada
10-14%	Grave
$\geq 15\%$	Crítica

Fonte: *The Management of Nutrition in Major Emergencies*, Organização Mundial de Saúde, 2000, p.40

outras províncias, as mudanças não foram significativas. (vide **tabela 9**)

Malnutrição Crónica em Crianças de 6-59 meses

A malnutrição crónica, também designada por nanismo (baixa altura para a idade), revela uma falta de crescimento adequado, normalmente devido a uma deficiência nutricional de longa duração ou passada e/ou doença recorrente. Este indicador é o mais apropriado para identificar uma vulnerabilidade de longo prazo. A malnutrição crónica é determinada através da comparação da relação altura-idade da criança com a de uma população de referência, internacionalmente estabelecida.

Quando o resultado se desvia da norma esperada em -2 desvios padrão (SD) ou mais, considera-se que a criança sofre de malnutrição crónica. Variações de $-2SD$ ou mais são definidas como malnutrição crónica global, enquanto que as variações de $-3SD$ indicam malnutrição crónica grave. A **Tabela 10** mostra uma elevada prevalência de malnutrição crónica em todas as províncias. A prevalência de malnutrição crónica global é de 37,5%, ligeiramente inferior que a de Nov.-Dez., 2002 (37,9%). As crianças órfãos de mãe mostram índices de prevalência ligeiramente superiores aos da média geral, mas a diferença não é significativa em termos estatísticos, devido ao tamanho reduzido da amostra.

Tabela 10: Prevalência de Malnutrição Crónica, em Crianças de 6-59 meses

Crianças 6-59 meses	n	GAV Maio 2003		Malnutrição Crónica Global $\leq -2SD$	
		Malnutrição Crónica Global $\leq -2SD$	Malnutrição Crónica Grave $\leq -3SD$	GAV Nov- Dez 2002	QUIBB
Total	5223	37,5%	15,5%	37,9%	43,8%
Sexo masculino	-	38,6%	15,9%	39,4%	46,7%
Sexo feminino	-	36,1%	14,9%	36,4%	41,2%
Maputo	905	39,8%	20,0%	32,7%	26,2%
Gaza	865	37,7%	17,2%	31,9%	35,0%
Inhambane	689	38,3%	15,2%	37,0%	31,2%
Sofala	933	37,3%	15,8%	34,8%	44,6%
Manica	907	33,6%	13,0%	41,7%	40,1%
Tete	924	38,1%	12,3%	42,0%	44,5%
Órfãos de mãe	104	43,3%	25,0%	46,2%	

As províncias de Maputo, Gaza e Sofala apresentam uma prevalência de malnutrição crónica mais alta agora comparativamente à Nov.-Dez., 2002. Por outro lado, as províncias de Manica e Tete apresentam prevalência mais baixas. *Malnutrição Aguda em Mulheres Não Gravidas (entre 15-45 anos)*. Apenas para a província de Tete, as mulheres, não-gravidas, entre 15 e 45 anos também foram medidas. Para este grupo, utilizaram-se dois indicadores: o índice de massa corporal, que nos é dado pela relação peso-altura ($IMC = kg/m^2$); e altura inferior à 145 cm, que reflectem malnutrição crónica.

Tabela 11: BMI para Mulheres Não-Gravidas (15-45 anos)⁵.

Mulheres não-gravidas entre 15-45 anos na Província de Tete (n=675)	GAV Maio 2003	DHS 1997
Altura < 145cm	3,8%	4,3%
IMC < 18,5 (malnutrição)	22,4%	13%
IMC: 17,0 – 18,49 (malnutrição leve)	14,2%	
IMC: 16,0 – 16,99 (malnutrição moderada)	4,6%	
IMC < 16,00 (malnutrição severa)	3,6%	
Média do IMC das mulheres medidas	20,3	20,9

Se por um lado a percentagem de mulheres com <145 cm de altura diminuiu comparativamente aos dados do DHS, 1997, a prevalência de mulheres com um IMC < 18,5 aumentou de 13 para 22,4%. A média do IMC das mulheres agora medidas é de 20,3 contra os 20,9 do DHS, 1997. Lembrar que para esta avaliação foram apenas incluídas as áreas afectadas pela crise alimentar, e não toda a província de Tete; talvez esta seja a razão da subida registada nas taxas de malnutrição (vide **tabela 11**).

5.1.4 Práticas de Prestação de Cuidados

As crianças mais novas necessitam de comer com mais frequência do que os adultos para poderem ter uma nutrição adequada; normalmente, considera-se que quatro vezes por dia (incluindo refeições e lanches) além de leite de peito para as crianças de 0-24 meses, é o mínimo necessário para um crescimento saudável.

A **Tabela 12** abaixo mostra a percentagem de crianças com 06-23m que ainda se alimentavam de leite materno e a frequência de alimentação dentro dos grupos etários. Nas áreas visadas o índice global de aleitamento materno é de 69,6%. Como era de esperar, o índice de aleitamento materno baixa gradualmente com a idade, passando de 75,2% no grupo de 6-11m para 58,8% no grupo de 18-23m. Apenas 33,8% das crianças do grupo etário de 6-23m têm três ou mais refeições diárias e só 3,3% são alimentadas quatro ou mais vezes por dia, como é recomendado. Cerca de um quarto das crianças não tem mais do que uma refeição diária.

É preocupante que 4,6% das crianças entre 11-17 meses e 3,2% das crianças entre 18-23 meses não receberam qualquer refeição durante o dia antes do inquérito.

⁵ WHO (1995), "Physical Status: The Use and Interpretation of Anthropometry", WHO Technical Report Series #845.

Tabela 12: Frequência da alimentação em crianças com 6-23m (no dia anterior ao inquérito) por província e grupos seleccionados.

Crianças com 06-23m	N	Grupo Etário			
		6-23m	6-11m	12-17m	18-23m
Amamentando	2064	69,6%	75,2%	72,6%	58,8%
Alimentado 0 vezes/dia	2003	6,1%	9,6%	4,6%	3,2%
Alimentado 1 vez/dia	2003	18,6%	21,7%	19,7%	13,5%
Alimentado 2 vezes/dia	2003	41,5%	41,1%	43,0%	40,6%
Alimentado 3 vezes/dia	2003	30,5%	24,9%	29,5%	38,9%
Alimentado 4 vezes/dia	2003	2,1%	1,0%	2,4%	3,0%
Alimentado 5 vezes/dia	2003	0,7%	0,6%	0,8%	0,5%
Alimentado 6+ vezes/dia	2003	0,5%	0,9%	0,2%	0,3%

5.1.5 Morbidade

Doenças Diarreicas e Febre

A prevalência de doenças diarreicas pode ser utilizada como um bom indicador indirecto das condições e práticas de higiene. Também é um indicador importante devido ao impacto significativo que a diarreia pode ter no estado nutricional do indivíduo. A febre foi incluída na avaliação devido à natureza altamente endémica da malária em Moçambique.

Tabela 13: Prevalência de Doenças Diarreicas em Crianças com 6-59 meses.

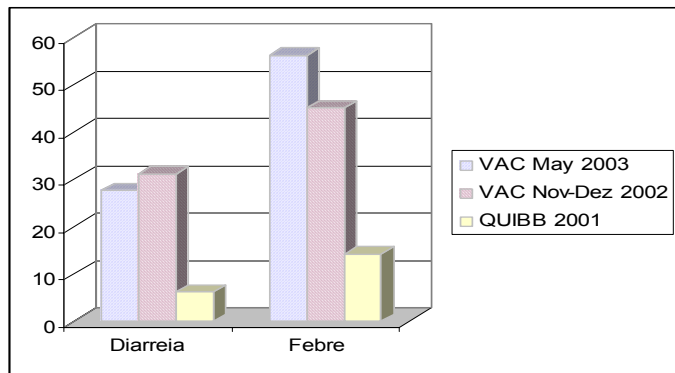
Crianças com 6-59m	n	Prevalência de diarreia	Prevalência de Febre
Total	5595	27,6%	56,2%
Sexo masculino	-	28,4%	56,1%
Sexo feminino	-	26,7%	56,2%
Maputo	963	25,0%	47,8%
Gaza	953	30,5%	51,0%
Inhambane	799	30,7%	64,6%
Sofala	970	23,7%	56,6%
Manica	927	22,3%	57,4%
Tete	983	28,8%	62,1%
Crianças órfãs de mãe	124	32,3%	58,1%

A **Tabela 13** acima mostra que, nas áreas visadas, a prevalência global de diarreia nas duas últimas semanas anteriores ao inquérito é de 27,6%. A prevalência por província varia entre 22,3% (Sofala) e 30,7% (Inhambane). A diferença entre sexos não é significativa.

A prevalência global dos períodos de febre nas duas últimas semanas anteriores ao inquérito é muita alta, no geral, de 56,2% nas áreas visadas. A prevalência por província varia entre 47,8% (Maputo) e 64,6% (Inhambane). A diferença entre sexos não é significativa. Embora se deve ter em conta a existência de diagnósticos errados para a febre e o facto deste ser um sintoma comum à outras doenças, a prevalência extremamente alta parece sublinhar a natureza

endêmica da malária em Moçambique e o risco que representa para as crianças que já vivem em condições vulneráveis.

Gráfico 6: Comparação dos resultados do GAV e QUIBB 2001



A comparação dos dados provenientes do inquérito nacional QUIBB e o presente inquérito de vulnerabilidade mostra índices de diarreia e febre de três a quatro vezes mais respectivamente mais elevados que nas duas semanas que precederam o inquérito do QUIBB.

4.2 SITUAÇÃO ACTUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

As características das tendências nutricionais descritas anteriormente espelham o resultado de série de factores que, em conjunto deram lugar á situação actualmente verificada entre os agregados familiares (AF). Sem pretender enumerar e analisar de forma detalhada todos os factores determinantes dos problemas que sustentam o presente estado nutricional das populações, importa debater-se os mais pertinentes, de entre os quais se destacam: o padrão de consumo, ou seja, a qualidade da dieta; a disponibilidade de alimento proveniente da própria produção e o peso da pecuária e as fontes de rendimento. Paralelamente a isso, torna-se ainda oportuno avaliar as estratégias da sobrevivência dos AF face aos constrangimentos que contribuíram para o agravamento da insegurança alimentar e, aliado a esse aspecto, medir a dimensão e a abrangência dos programas de mitigação para aliviar a situação da vulnerabilidade das populações.

O cenário global terá que ter em conta o período da realização do inquérito para se poder explicar melhor a presente tendência da disponibilidade e acesso ao alimento entre os diferentes AF. O mesmo foi realizado entre Maio e Junho, período que representa entre um a três meses após a colheita num ano normal (no Sul, a colheita ocorre normalmente em Janeiro, e estende-se até Fevereiro e Março na região Central). Por outro lado, torna-se ainda oportuno referir que a colheita esteve muito abaixo do normal na maioria das áreas do Sul e do Centro, algumas das quais mostram um panorama de dois anos consecutivos de problemas na produção, portanto, segundo ano de choque. Como consequência, a maior

Nota para leitores:

Para melhor localização das Zonas de Economias Alimentares usadas nesta análise, favor abrir o mapa que está no fim deste documento.

parte dos agregados parecem estar a gerir o segundo choque consecutivo na produção de várias formas entre as quais se destacam:

- Expansão de algumas das suas estratégias de sobrevivência, tais como a venda de animais de pequena espécie (principalmente galinhas e cabritos) ou o *ganho-ganho* (trabalho diário informal pago em alimentos ou em numerário),
- Adoptando estratégias de sobrevivência extremas (passar um dia inteiro sem comer, consumir sementes, vender instrumentos de produção, etc.),
- Dependendo cada vez mais da ajuda alimentar

5.2.1 Consumo e fontes de Alimentos: Qualidade da dieta

As fontes e os tipos de alimento consumidos representam as primeiras bases para explicar a fragilidade nutricional e a insegurança alimentar dos AF entrevistados. Para lidar com esses dois aspectos, os agregados inquiridos fizeram a retrospectiva de consumo e fonte de alimento durante as últimas 24 horas que antecederam á entrevista. Para o propósito de análises, agrupou-se o alimento em função do seu valor nutricional usando a metodologia desenvolvida e já testada pelo MISAU em inquéritos anteriores. Assim estabeleceu-se o seguinte grupo de alimentos:

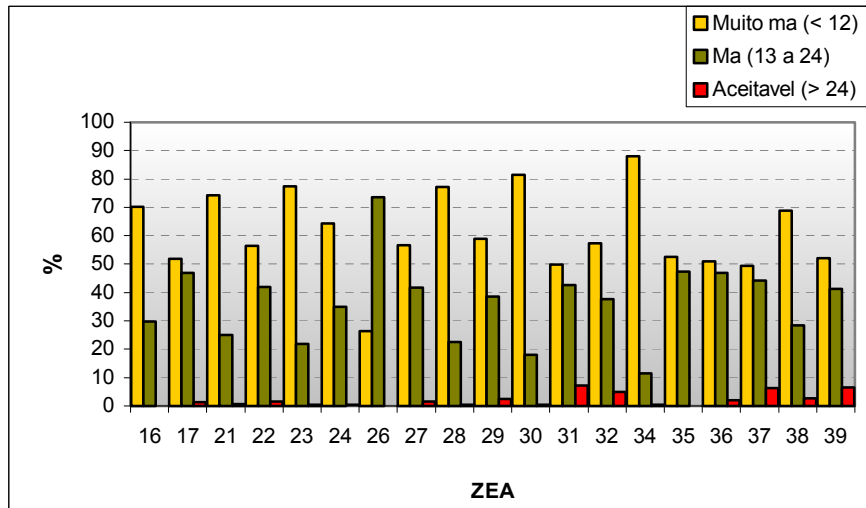
1. Vegetais, folhas, fruta, sumos, óleos/gorduras, açúcar/glicose, manteiga, jam, leite condensado
2. Alimentos básicos (cereais, raízes, tubérculos, pão, bolos)
3. Feijões, castanha, coco
4. Produtos de carnes, peixe, mariscos, ovos, leite fresco, iogurte

A metodologia estabelece ainda a pontuação para cada tipo de alimento e a classificação total para todos os alimentos consumidos indicando a qualidade da dieta. Uma dieta equilibrada que inclua alimentos ricos em proteínas e energia terá uma classificação mais alta, enquanto que uma dieta que se restrinja as primeiras duas categorias terá uma classificação menor⁶. O Ministério da Saúde usa três categorias para classificar a qualidade da dieta:

Menos de 12 pontos = Dieta de muito baixa qualidade
Entre 13-24 pontos = Dieta de baixa qualidade
Acima de 24 pontos = Dieta Aceitável

⁶ *Os itens ricos em energia que aparecem na categoria são consumidos em quantidades muito baixas, e subsequentemente as Kcal. A contribuição consiste na forma como se conjugam com outros alimentos mencionados.*

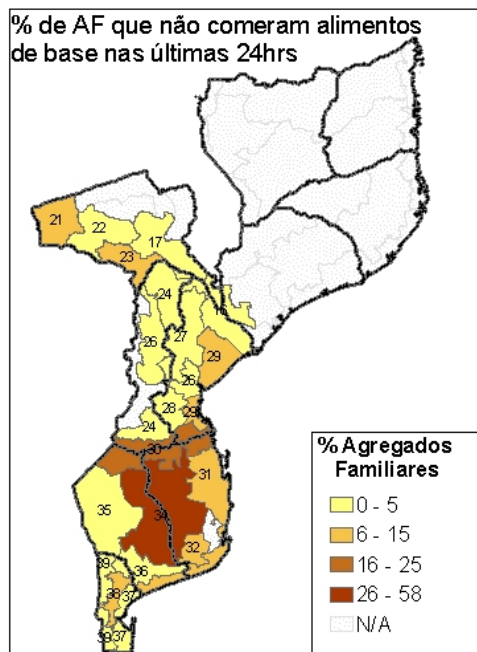
Gráfico 7: Qualidade da Dieta



O Gráfico 7 mostra os resultados da análise por ZEA (para maiores detalhes em termos de abrangência das ZEAs são nível dos Distritos ver anexo). Nota-se que uma % elevada de AF na maior das zonas tem

dieta consideradas de muito baixa e/ou de baixa qualidade. A situação de muito baixa qualidade prevalece entre 50 a 90 % com a excepção da ZEA 26 (Centro da Província de Manica) que exibiu uma percentagem mais baixa nessa categoria(23%). No entanto, esta mesma ZEA ilustrou que 77% dos demais AF tiveram uma dieta considerada como de baixa qualidade.

Mapa 1: % de AF que não comeram alimentos de base nas últimas 24 horas



A zona 34 (Chigubo, Mabote, Funhalouro e Chibuto) mostra o caso extremo com quase 90% dos agregados familiares consumindo uma dieta considerada de "muito baixa qualidade" em termos nutricionais. A tendência negativa da qualidade da dieta é ainda sustentada pelo facto de menos de 10% do total dos AF entrevistados em todas as ZEAs terem ilustrado um padrão da dieta aceitável.

Em termos comparativos, convém mencionar que o mesmo tipo de estudo havia já sido feito em Nampula e Cabo Delgado durante o qual 61.3% dos AF ilustraram dietas de qualidade baixa ou muito baixa. Enquanto isso, no presente inquérito e para as mesmas categorias este valor situa-se a volta de 98%. Essa proporção, considerada extremamente elevada poderá ser evidência

inquestionável devido actual crise alimentar aguda.⁷

Indo ainda ao extremo das análises poder-se-ia avaliar a situação dos AF em termos de acesso ao consumo dos produtos básicos, ou seja, o mínimo dos mínimos de produtos que uma família pode consumir. Nesse caso concreto, o acesso ao consumo de cereal, pão, raízes e tubérculos podem servir como um indicador da severidade da escassez alimentar⁸.

O mapa 1 ilustra que uma boa % de AF não teve acesso a esses produtos básicos, notando-se no entanto a situação mais grave na ZEA 34 (Chigubo, Mabote, Funhalouro e Chibuto) onde mais de 50% do AF declararam não terem consumido quaisquer produtos básicos durante as 24 horas que antecederam a entrevista. O mesmo panorama se verificou na ZEA 30 (Machanga, Govuro e Massagena), sendo 30% dos AF encontrados nessa condição. As instituições governamentais e não governamentais intervenientes que trabalham na região devem investigar a percentagem muito alta na zona 34 de imediato.

Fonte dos alimentos

As fontes de alimentos é uma outra forma de medir as alternativas alimentares dos AF. As análises dos dados ilustraram que os AF declararam que a produção de culturas das suas próprias machambas representaram a primeira fonte de alimentos para a maior parte dos AF. Na ZEA 27 (Gorongosa, Maringué, Gondola e Nhamatanda) mais de 90% dos alimentos consumidos vieram da própria produção.

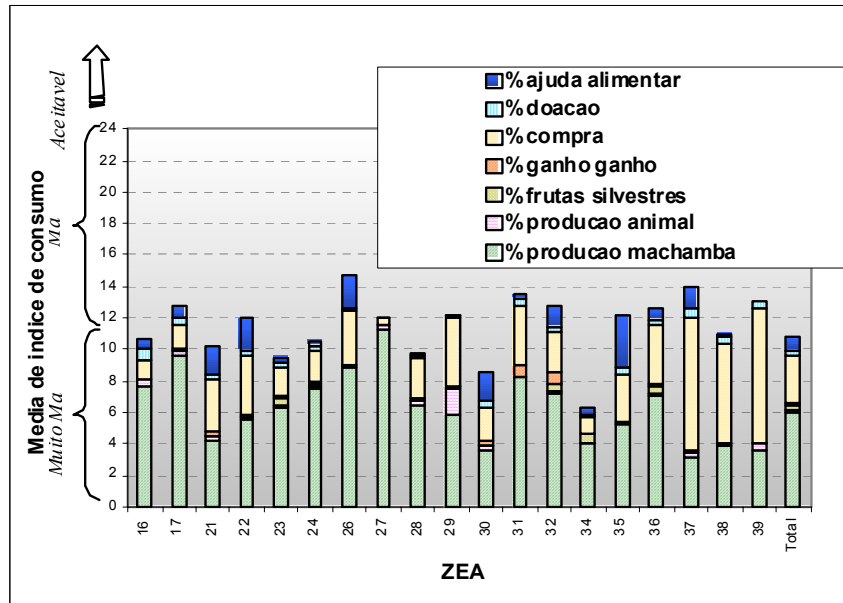
Enquanto isso, a ZEA 37 (Matutuíne) apresenta um cenário diferente, onde apenas pouco mais de 20% dos alimentos consumidos tiveram origem da própria produção, tendo-se verificado quase a mesma situação para as ZEAs 30, 38 (Moamba e Boane) e 39 (Magude, Moamba e Namaacha) . A contribuição do mercado representou valores entre 10 a 60%, com as ZEAs 37, e 39 a terem maiores destaques (60 e 65% respectivamente).

Estes dois cenários em si demonstram que os AF estão a sofrer simultaneamente de dois fenómenos que agravam a situação alimentar. Para além da dieta alimentar ser pobre, os mesmos estão a depender fortemente da produção e têm fraco poder de compra. Isso quer dizer que, em caso da falha na campanha agrícola, como aconteceu no presente ano, os efeitos tendem a ser mais devastadores.

⁷ O Relatório da Cimeira do Programa de Alimentação (2002) dá a conhecer que a média de disponibilidade de calorias/Unidade Adulta Equivalente/dia no agregado familiar é de 2761 kcal e o consumo mediano de energia é de 2420 kcal. Isto está bem abaixo das 3000 calorias recomendadas/UAE/Dia.

⁸ World Food Summit, 2002. FAOSTAT data shows that carbohydrates usually supply an estimated 80% of energy needs.

Gráfico 8: Fontes de alimentos consumidos por qualidade de dieta



Como alternativa, os AF poderão depender da ajuda alimentar nas suas diversas formas. Mesmo neste caso, depara-se que essa fonte não tem o peso esperado, apesar de em algumas zonas ter uma certa expressão. Este é o caso das ZEAs 35

(Chicualacula, Massingir e Mabalane), onde quase 25% da dieta era proveniente da ajuda alimentar e na zona 30, em que apenas pouco mais de 20% do consumo era originário dessa fonte. A Gráfico 7 ilustra os casos acima debatidos e demais fontes, destacando-se os limites para as classificações das dietas em muito baixa qualidade, baixa qualidade e aceitável.

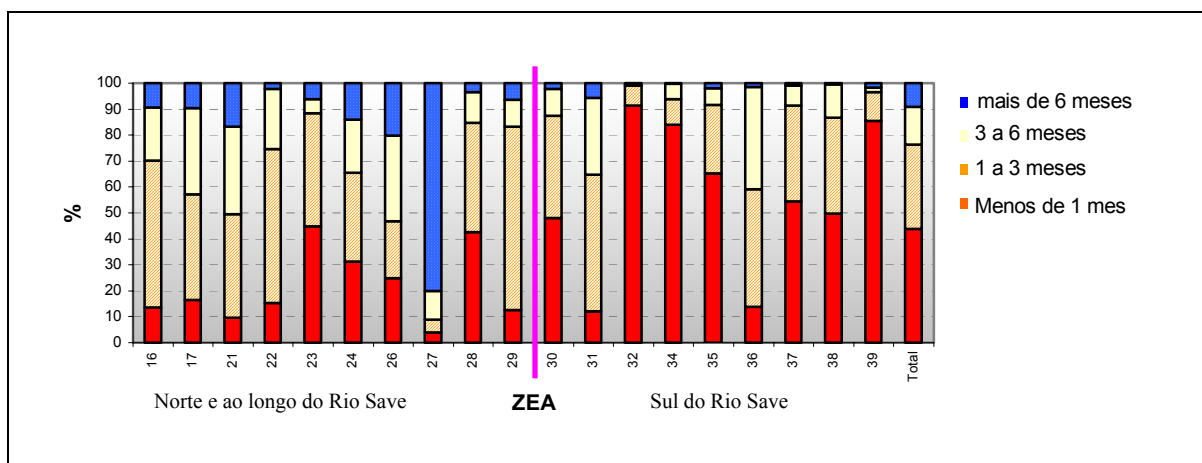
5.2.2 Reservas

Para o cálculo da disponibilidade global, optou-se por adicionar as reservas actuais e a estimativa da colheita. Para o propósito de análises, estabeleceu-se classes de meses de consumo para se poder capturar melhor as variações entre os grupos de AF. Assim, foram criadas quatro categorias: menos de um mês, de um a três meses, de três a seis meses, e mais de seis meses.

Reservas actuais

A fraca produção fez com que as reservas alimentar na posse dos entrevistados fossem relativamente baixas. O Gráfico 8, mostra que cerca de 65% dos AF detinham menos de 1 mês de alimento armazenado, 27% entre 1 a 3 meses e apenas 5 e 3 % com 3 a 6 e mais de 6 meses respectivamente. Para as zonas de economia ao Sul do Save cerca de 50 % das famílias possui menos de um mês de reservas de alimentos colhidos. As zonas de economias alimentares mais para o Norte do rio Save exibem uma situação mista, mas com a maior parte das famílias a possuir reservas até três meses. Nota-se também que nestas regiões já aparecem famílias com reservas de 3 a 6 meses. A zona de economia alimentar 27 (Maringué, Gorongosa e Gondola) é a única com mais de 30% dos agregados familiares a possuírem mais de 6 meses de reservas alimentares colhidas, como resultados de colheitas normais.

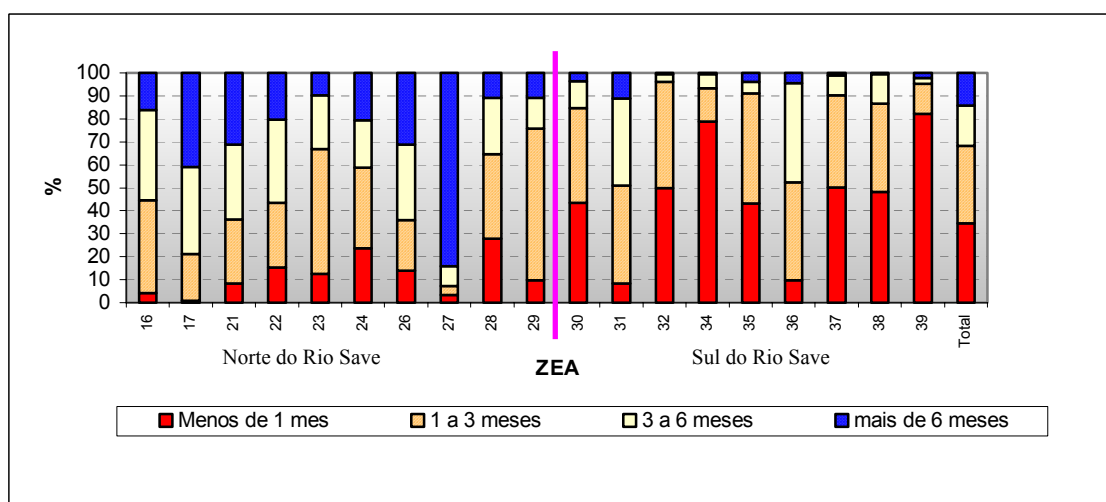
Gráfico 9: Duração prevista para culturas já colhidas



Nas Zonas 30, 34, 35, 37, 38 e 39 (Distritos no sudeste do País das Províncias de Maputo Gaza e Inhambane), mais de 80% das famílias possuem menos de um mês de reserva, reflectindo a já confirmada redução da produção das culturas devido a fraca precipitação registrada. Nestas zonas, muito poucas famílias possuem mais que três meses de alimentos disponíveis. Entretanto, é preciso ter cautela na interpretação dessas tendências sobretudo porque em algumas dessas ZEAs, por exemplo, as de 37, 38 e 39, as principais fontes de alimento não são necessariamente provenientes da agricultura (vide Gráfico 7 para comparação).

Disponibilidade potencial das reservas e futuras colheitas.

Gráfico 10: Disponibilidade potencial de reservas

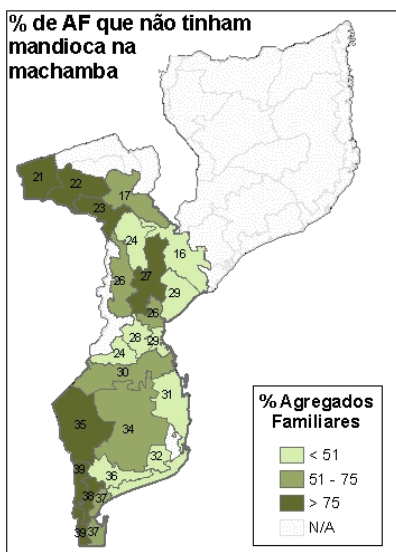


Adicionando as reservas na posse dos agricultores à produção que potencialmente poderá ser colhida das machambas, apresenta um cenário ligeiramente melhor na disponibilidade global de alimento, o que implica

perspectivar que as colheitas pendentes poderão vir em parte a aliviar o défice.

Assim sendo, 70% dos agregados tem mais do que um mês de reservas, dos quais 45% com reservas até 6 meses. Porém, isto significa ainda que a grande maioria dos AF continuam a não ter reservas ou reservas potenciais suficientes para satisfazer as suas necessidades. Para as zonas de economias alimentares do centro e ao norte do rio Save, observa-se um decréscimo de agregados familiares com menos de um mês de reservas, e um aumento do número de agregados com reservas de três a seis meses. Alguns agregados têm mais de seis meses de disponibilidade potencial de alimentos. Porém, nesta região as zonas 22 (Magoé, Maravia) , 28 (Chibabava), e 29 (Muanza, Dondo e Cheringoma) mostram uma situação alarmante com cerca de 90% dos agregados familiares com menos de três meses de potencial de reservas. Para além disso, as zonas 30 (Massagená), 28, junto com zona 24 tem mais agregados com menos de um mês de reservas. A única ZEA que ilustrou uma situação muito positiva é a 27 onde 85% dos AF da zona de economia alimentar possuem mais que seis meses de disponibilidade potencial.

Na região sul de Save a situação mostra claramente os efeitos da redução de produção, com apenas duas ZEAs 36 (Gujjá, Mandlakaze, Bilene e Magude) e 31 (Inhassoro e Massinga) onde 90% dos agregados familiares tem até seis meses de reservas . A produção nas zonas ribeirinhas e nos machongos pode ser a razão porque mais agregados têm disponibilidade de alimentos. A situação é normal para a zona (dados secundários mostram que normalmente os AF come da sua própria produção para 6 meses). As ZEA 34, 32 (Panda e Homoine) e 39 são as que mostram uma situação mais extrema com quase 90 % dos agregados familiares com menos de 3 meses de disponibilidade potencial. A ZEA 30 exibe uma situação bem pior com cerca de 82% dos AF com menos de 3 meses de reservas.



Mapa 2: produção da mandioca

As análises da disponibilidade de alimento terão uma outra perspectiva quando integrado com o papel da mandioca como parte da estratégia de sobrevivência das famílias. Efectivamente, a mandioca desempenha um papel múltiplo, sobretudo como um regulador da crise alimentar. Na realidade, são raras as ocasiões em que as famílias não têm mandioca na machamba que tem a particularidade de resistir mais a seca; permitir colheitas mais espaçadas, dois dos factores que criam condições para com que as famílias possam equacionar melhor o esquema de consumo, reajustar as flutuações dos preços no mercado, para além de funcionar como poupança e fontes de receitas nos momentos

críticos.

Não obstante isso, os dados de produção de mandioca são extremamente difíceis de serem estimados, e é uma das lacunas verificadas durante essa ronda de inquérito.

No entanto, foram obtidas algumas informações qualitativas como resultado da verificação da existência ou não da mandioca nas machambas dos camponeses entrevistados. Os resultados estão ilustrados no mapa na página anterior e verifica-se que, mais de metade dos AF em todas as ZEAs tinham mandioca na machamba. Tais áreas situam-se geralmente ao longo da costa e na parte sul de Sofala e Manica. Este padrão muda, no entanto, na maior parte das zonas que fazem fronteira com a África do Sul, Swazilândia e Zimbabwe onde mais de 75% dos agregados familiares não tinham mandioca.

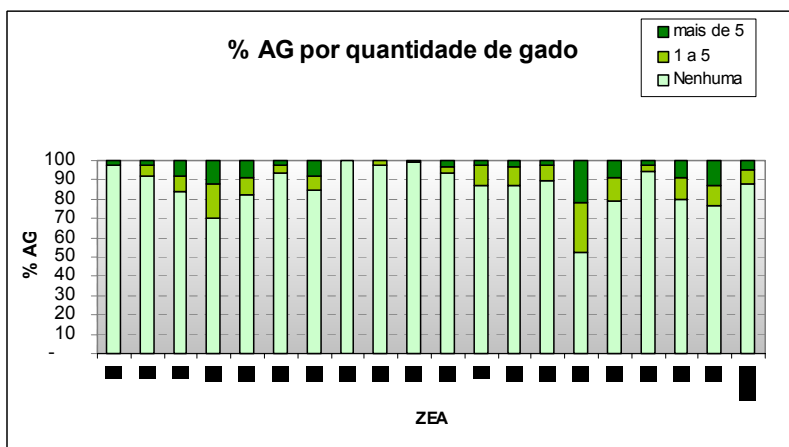
5.2.3 PECUÁRIA

Para a presente secção pretende-se apenas ilustrar alguns aspectos sobre o papel dos animais na dieta alimentar; as tendências da distribuição dos efectivos de animais e a dinâmica dos mesmos durante os dois últimos anos.

A. Tendência de Posse dos Animais

Em termos globais, nota-se que a maioria dos AF entrevistados manifestam uma certa fragilidade no que respeita á posse de animais, exceptuando-se no entanto, a situação das aves que ilustra um padrão ligeiramente aceitável.

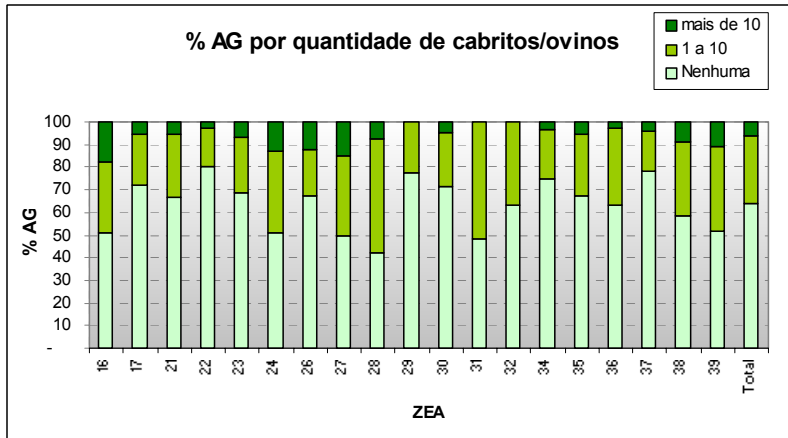
Gráfico 11: Posse de animais: Gado Bovino



De qualquer maneira, para o caso de bovino nota-se que acima de 80% dos AF na maioria das ZEAs não possuem este tipo de animal. Apenas na ZEA 35 (zona de Chiculacula) verifica-se que cerca de 30% das famílias detêm entre 1 a 5 gado e 20% com mais de 5

cabeças. A economia alimentar desta zona é dependente de gado bovino mas, circunscrito a uma área semi-árida com baixo potencial agrícola. As demais ZEAs nomeadamente as 22, 26, 36 e 39 são as únicas que também apresentam uma % relevante de AF com bovino, Gráfico 11.

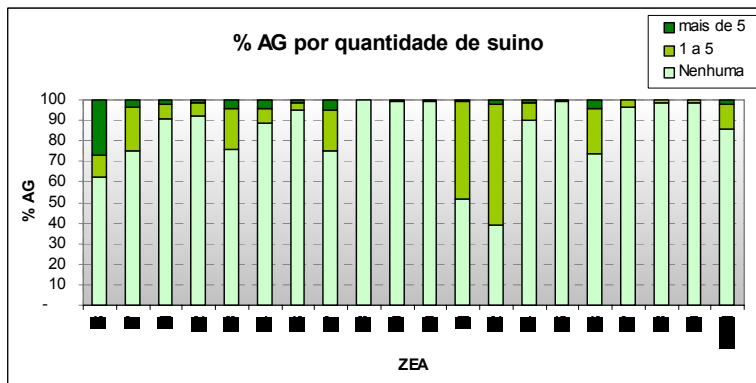
Gráfico 12: Posse de animais: Gado Caprino/Ovino



Na maioria das ZEA acima de 50% dos AF não possuem caprinos. ZEA 28 (Chibabava) tem apenas 40% dos AF sem caprinos. Entre os AF que têm caprino a maioria situa-se entre 1 a 10 cabeças. As ZEA 30, 31 e 33 (Morrumbene) são as que apresentam maior % de AF nesta

categoria. Enquanto isso, as ZEA 16 (Mutarara) e 27 são as que exibem maior % de AF com animais na classe de mais de 10 cabeças. No entanto, pode-se afirmar que o acesso a caprino tende a ser mais generalizado entre os AF em todas as ZEA, gráfico 12.

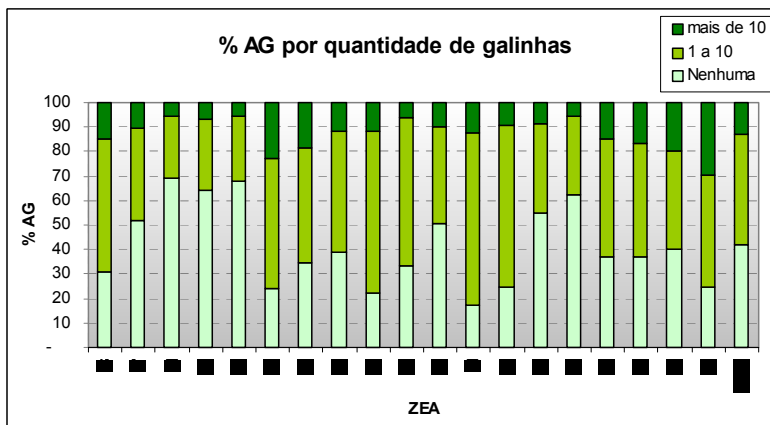
Gráfico 13: Posse de animais: Suínos



A percentagem de AF com suínos obedece a padrão nacional de criação desse tipo de animal, com maior ênfase nas zonas 31 e 32. Existem muitas ZEA onde não há suínos, porém recomenda-se cautela na interpretação dessa

tendência, pois isso poderá não reflectir necessariamente problemas de segurança alimentar se tivermos em conta o hábito alimentar das famílias e valores culturais e religiosos face à criação e gestão de suínos, gráfico 13.

Gráfico 14: Posse de animais: Galináceos



Como era de se esperar a percentagem de AF que possuem aves é maior em relação aos outros animais.

Porém, ainda encontra-se ZEA onde cerca de 70% AF não tem nenhuma ave tais como 21 (Zumbo), 22, e 23. Na maioria das ZEA entre 80-90% dos AF tem até

10 aves. O que é notável é que na maioria das ZEAs a proporção dos AF que têm aves é superior aos que não têm. É importante ter essa tendência em mente, pelo facto desse tipo de animal ser a que mais se consome; a que representa a principal fonte de receita imediata para os AF para além de ser dos únicos recursos geridos directamente pelas mulheres e fonte de financiamento para muitas das obrigações do AF/comunitárias tais como educação, saúde tradicional e curandeirismo, gráfico 14.

B. Contribuição da Pecuária na Dieta Alimentar

O consumo de animais e os seus derivados foi uma das comodidades alimentares mais pobres do grupo de alimentos consumidos pelos AF nas últimas 24 horas. Os resultados obtidos indicam que apenas 20% das famílias tiveram produtos animais como parte da dieta. Entretanto, a situação torna-se ainda pior quando se analisa as variações entre as ZEAs. Na realidade as ZEAs 31, 34, 36 e 38 foram as que representaram situações mais dramáticas com acima de 80% de famílias que não consumiram animais no dia da entrevista. Contrariamente, a ZEA 29 que apresentou a melhor situação com 40% de famílias sem consumir animais.

Os produtos de animais por outro lado tiveram uma importância relativamente baixa na dieta alimentar das famílias. Os produtos animais representaram apenas 2,4% do universo estudado. Este valor é muito baixo sendo portanto a pior fonte alimentar depois de excluir os frutos silvestres os quais contribuíram com 1,7% na dieta.

A análise da dieta alimentar por ZEAs mostrou maior diferenciação. A ZEA 29 teve um peso maior (13,8%) e a ZEA 38 o pior (0,8%). As restantes ZEAs exibiram um percentual entre 2,4 a 3,8% (ZEAs 17, 37, 21, 39, 28, 30). As outras ZEAs tiveram valores de $\leq 2\%$ como é o caso da ZEA 34 com apenas 1,1%. Esta tendência já dá uma indicação da baixa qualidade da dieta obtida na amostra.

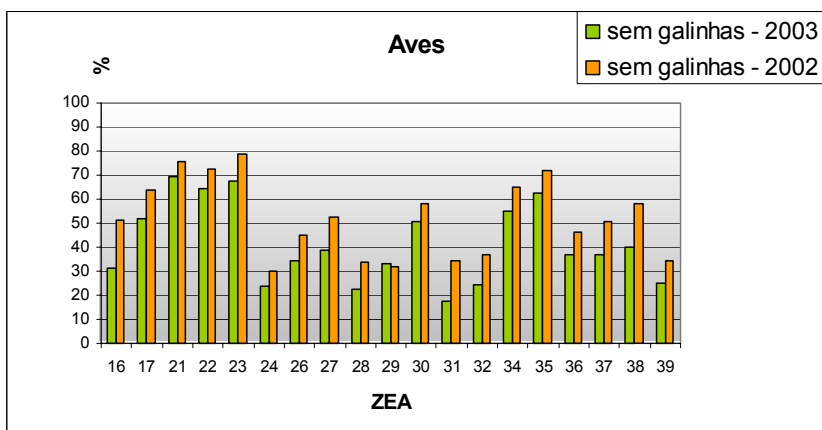
A Dinâmica de Mudanças de efectivos dos Animais

A flutuação em números do efectivo animal é um indicador importante para medir a magnitude dos efeitos das calamidades naturais e o grau da vulnerabilidade em que os AF estão expostos. Contudo, este indicador só é válido se for usado para análise que se circunscreve a um meio geográfico e medindo o impacto entre os diferentes grupos de AF baseado em número de tipos de animais que esses AF retêm dentro de nesse meio geográfico.

A lógica mais correcta para a desagregação dessas análises deve separar os AF que não têm animais dos que têm e dentro desta última categoria os que têm poucos animais dos que têm muito e, em função disso, analisar as variações temporais por tipos de animais. Este foi o processo usado na análise desta secção e comparando o ano 2002 com o ano 2003

Aves

Gráfico 15: Percentagem de AF sem aves por ZEA

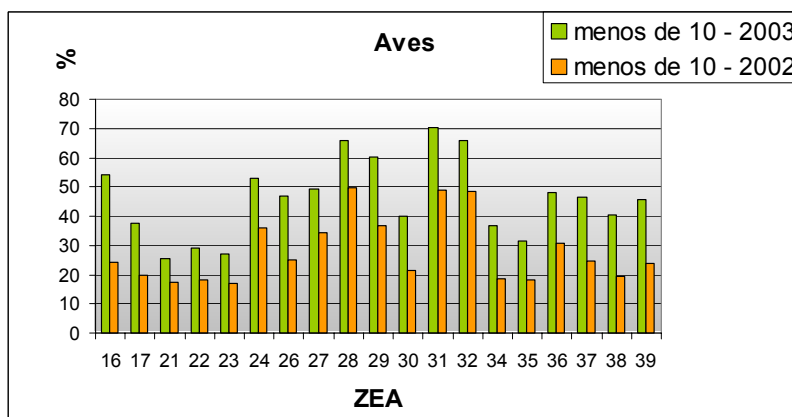


De um modo geral pode-se afirmar que houve uma melhoria na posse de galináceos no seio de AF entre os anos 2002 a 2003. Conforme ilustrado no Gráfico 15, nota-se que houve uma redução na percentagem de famílias sem aves em

todas as ZEAs com destaque particular para as ZEAs 36, 37, 38 e 39. Entretanto depara-se ainda que muitos AF continuam sem a posse de aves podendo atingir em alguns casos a 80% (ZEAs 23 e 21). As ZEAs 24 (Guro, Tambara e Macossa), 28, 29, 31, 32 e 39 são as que apresentam a percentagem mais baixa (cerca de 30%) de AF sem aves.

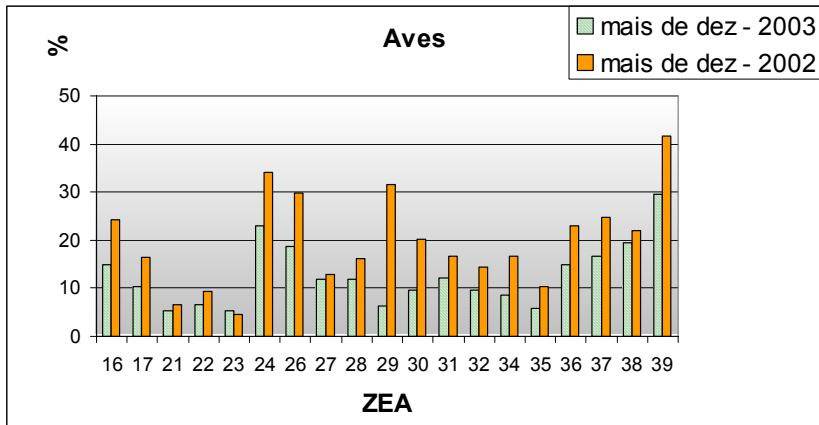
Gráfico 16: Percentagem de AF com menos de dez Aves

No que concerne a quantidade, verificou-se que a percentagem de famílias com menos de 10 aves aumentou substancialmente. De facto, todas as ZEAs apresentaram este padrão, destacando maiores mudanças nas ZEAs 29, 31, 32, 36, 37, 38 e 39. No



entanto, importa realçar que as ZEAs 16, 24, 27, 36, 39 ilustram que mais de 50% dos AF têm menos de 10 aves. Enquanto isso, as ZEAs 28, 31, 32 exibiram acima de 60% de AF nessa mesma situação (vide Gráfico 16)

Gráfico 17: Percentagem de AF com mais de dez Aves por ZEA



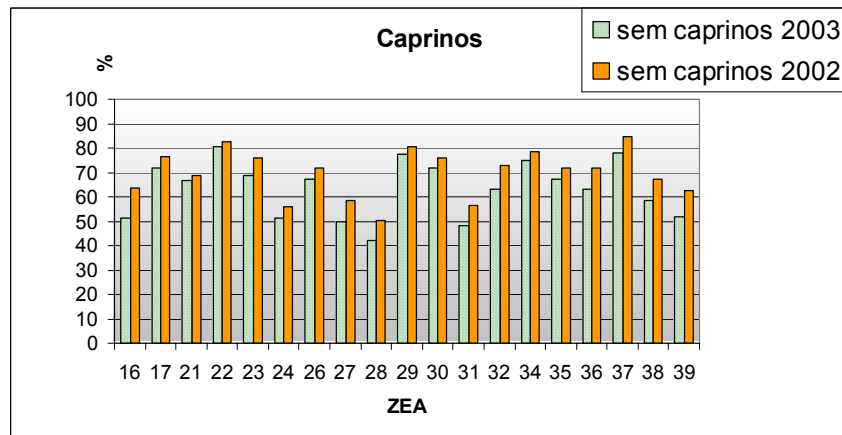
O cenário dos AF com mais de 10 aves apresentou uma tendência diferentes. Efectivamente, em quase todas as ZEAs registou-se a redução da percentagem de AF com mais de 10 aves. Entretanto, há que enfatizar que essa redução não foi devido a ocorrência

de doenças, porque se assim fosse não se teria notado melhorias entre os AF que não tinham posse de aves durante o ano 2002 e nem as mudanças substanciais entre os AF que passaram a ter menos de 10 aves. Por este facto, evidência aponta que a redução da percentagem AF com mais de 10 aves pode ser devido à venda e ou consumo. (Vide Gráfico 17)

Caprinos

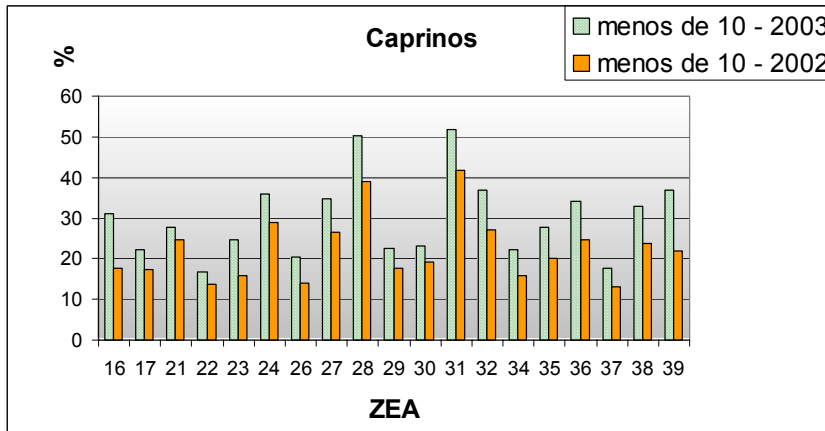
Gráfico 18: Percentagem de AF sem Caprinos por ZEA

Á semelhança das aves, constata-se que houve também uma melhoria de caprinos em 2003 comparando a 2002. O gráfico 18 mostra que houve uma redução na percentagem de número de AF



sem caprinos, o que implica um aumento do acesso dos AF a esse tipo de animais. Todas as ZEAs mostraram esta tendência. Embora haja alguns AF que não tem caprinos, a maioria dos AF (80%) tem este tipo de animal. No entanto, as ZEAs com melhores situações neste contexto são as ZEAs 24, 27, 29 e 31 cujas percentagens rondam a volta de 50%.

Gráfico 19: Percentagem de AF com menos de 10 Caprinos por ZEA

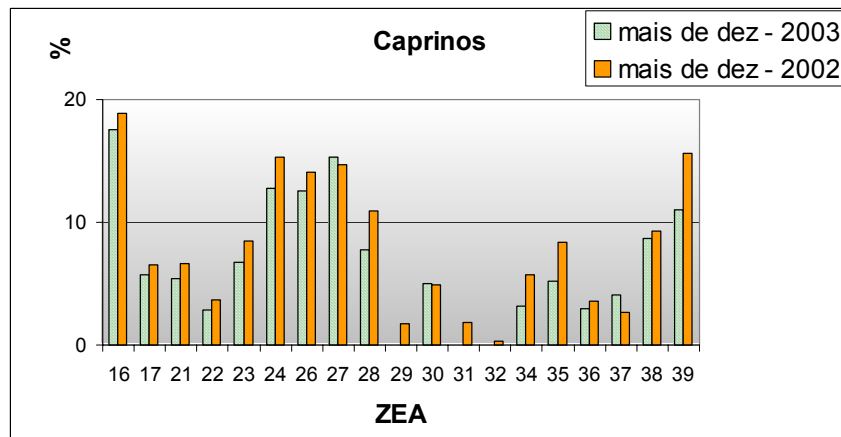


Interessante ainda é o padrão que se verifica entre os AF com menos de 10 caprinos. Todas as ZEAs indicam aumento significativo de caprinos em 2003 comparando com o ano 2002. É de se destacar que 50% dos AF nas ZEAs 28

e 31 tem caprinos. As ZEA com maior mudança percentual em termos positivos foram as seguintes: 16, 28, 31, 37 e 39. (Vide Gráfico 19).

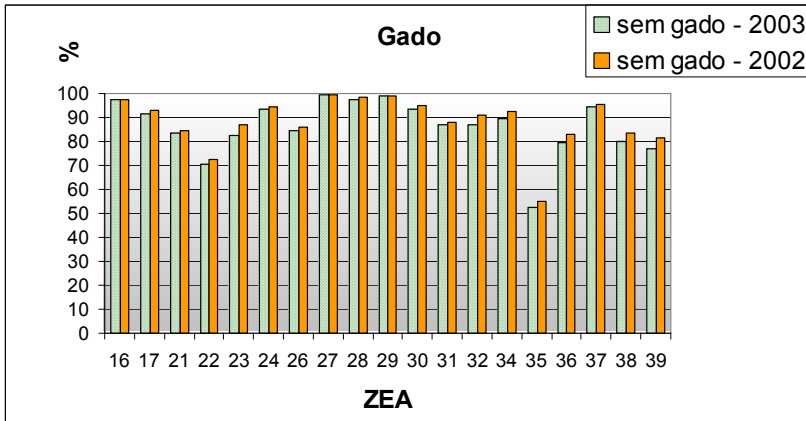
Gráfico 20: Percentagem de AF com mais de 10 Caprinos por ZEA

No que respeita aos AF com maior retenção de animais (mais 10) nota-se que, de um modo geral houve decréscimo percentual de AF com mais de 10 cabritos, com a exceção das ZEAs 27 e 37. Entretanto as ZEAs 16, 24, 26 e 27 têm maior percentagens de AF com mais de 10 animais situando-se a entre 15 a 18% (Vide Gráfico 20).



Gado Bovino

Gráfico 21: Percentagem de AF sem bovinos por ZEA

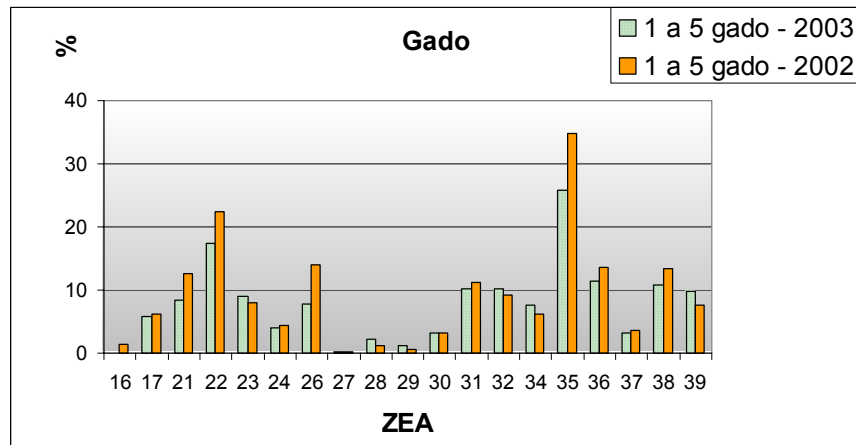


Uma elevada percentagem de AF na amostra não tinha gado bovino, por exemplo, cerca de 100% de AF nas ZEAs 16,27, 28 e 29 não tem gado bovino. De um modo geral, houve uma ligeira melhoria na % de AF sem gados, traduzido essencialmente pelo

decréscimos da percentagem durante o ano 2003 (Vide Gráfico 21).

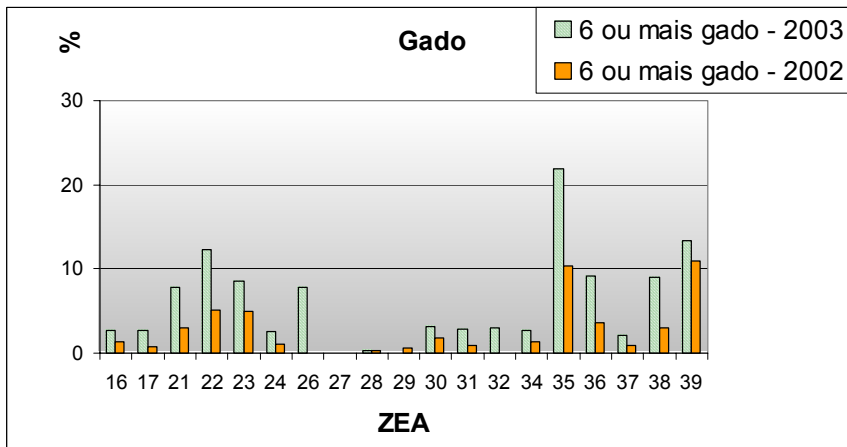
Gráfico 22: Percentagem de AF com menos de Cincos Bovino

O cenário respeitante aos AF com 1 a 5 cabeças de gado apresenta um padrão de decréscimo entre os dois últimos anos em todas as ZEAs, com a exceção da ZEA 23, 34 e 39. No entanto, essa



tendência não pode ser interpretada como negativa sem se ter em conta o gráfico anterior (gráfico 21) e o subsequente (Gráfico 22).

Gráfico 23: Percentagem de AF com mais de Seis Bovino por ZEA



Na realidade nota-se que a percentagem dos AF sem gado manteve-se estável ou com ligeiro aumento. Enquanto isso, conforme ilustrado no gráfico 23 houve aumento percentual de AF com posse de mais de seis cabeças.

Isso pode levar-nos a inferir que este aumento tem a ver com AF que se transferiram da classe de 1 a 5 cabeças para esta. O destaque a ZEA 35 teve o maior aumento de gado, o que corresponde uma mudança de 8 para 21%.

No geral nota-se que efectivamente existe uma % reduzida de AF com acesso a animais. Contrariamente ao que se esperava, houve uma melhoria na percentagem de animais entre o ano 2002 a 2003, podendo-se destacar o seguinte:

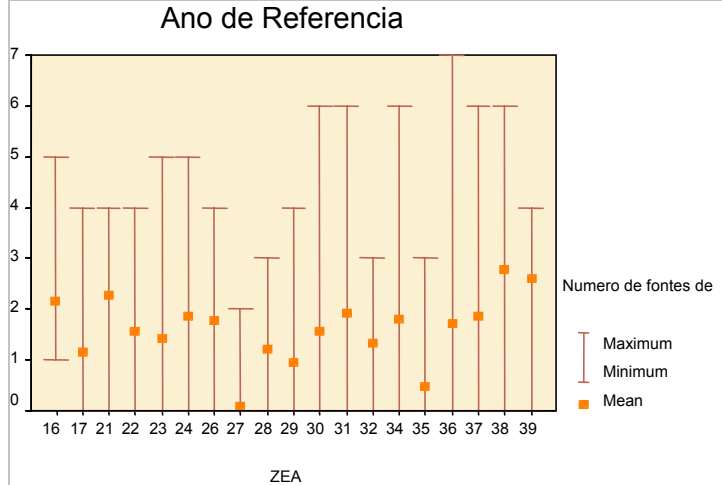
- % de AF sem animais reduziu para todos os tipos de animais, com maior destaque para as aves. Isso significa que mais AF estão tendo acesso a animais.
- O grupo intermédio de % de AF com animais também tende a aumentar com a excepção da situação em relação a bovino que baixou. Contudo, para este último caso há que se considerar o aumento percentual de AF com mais de 6 cabeças de bovinos.
- A % de AF com muitos animais aumentou para todos os casos mas com excepção da situação de galinha, as quais foram amplamente vendidas como um recurso imediato para rápido acesso ao dinheiro.

5.2.4. Fontes de rendimento

A ausência da produção directa suficiente entre os AF não implica necessariamente que estejam em condições de incapacidade de se alimentarem. Pelo contrário, casos existem em que as famílias dependem mais de outras fontes de rendimento para satisfazerem as suas necessidades básicas. Daí que tenha sido pertinente avaliar quais são essas

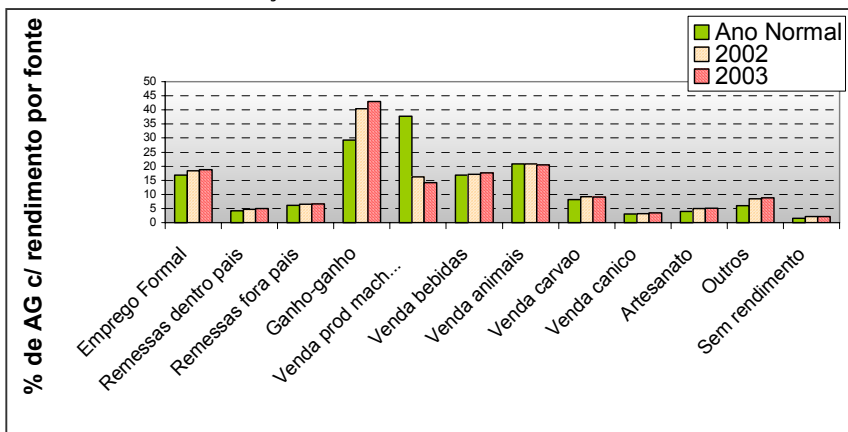
fontes e a importância que as mesmas têm na sobrevivência das famílias. O Gráfico 24 ilustra o número mínimo e máximo de fontes de receita para os AF nas diferentes zonas. Curiosamente, nota-se que a maioria das famílias indicou que só tinha uma única fonte. Isto ocorreu em 11 zonas. Noutras 7 zonas, a resposta mais frequente consistia em duas fontes de receita.

Gráfico 24: Numero de fontes de Rendimentos



Os agregados com uma única fonte de receita podem ser os mais vulneráveis a choques (ex: a seca) se essa única fonte de receita for restrita ou se não puder ser alargada em tempos de crise. Por exemplo, se a única fonte de receitas de uma família for a venda de carvão, e o mercado desse produto ficar saturado ou houver restrições na sua exploração, a família pode não ter outras opções de angariação de receitas a que possa recorrer. Porém, um AF com uma gama diversificada de potenciais fontes de receita pode ser capaz de mudar de fonte ou maximizar as fontes e com maior facilidade para lidar aos choques/crises. As zonas da província de Maputo exibem essa característica, tendo duas principais fontes de receitas. Pelo facto desses agregados estarem próximos da cidade de Maputo e de países vizinhos faz com os mesmos tenham maior probabilidade de acesso a uma vasta gama de alternativas em comparação com os AF que vivem em áreas remotas do interior de Inhambane ou Gaza por exemplo.

Gráfico 25: Mudança nas Fontes de Rendimentos Ano de Referencia, 2002-03



Foram já sustentadas evidências de que a produção agrícola de um modo geral ficou aquém do normal e que uma boa parte dos AF depende da produção própria para satisfazer as

suas necessidades alimentar. Em face disso, aumenta a importância das fontes de rendimento obrigando as famílias a intensificarem e/ou a diversificarem o uso das fontes alternativas de rendimento como forma para colmatar o déficit alimentar. O gráfico 25 compara as mudanças de fontes de rendimento entre um ano normal com o ano 2002 e 2003 ao nível das províncias cobertas pelo inquérito. Em primeiro, lugar nota-se que uma pequena percentagem de AF não tinha nenhuma fonte de rendimento e que houve um ligeiro incremento nos dois últimos anos em relação ao ano normal. Em segundo lugar, as receitas provenientes das vendas dos produtos das machambas foi a fonte que teve maiores mudanças entre o ano de referência (38%) baixando para 16% e 14% em 2002 e 2003 respectivamente.

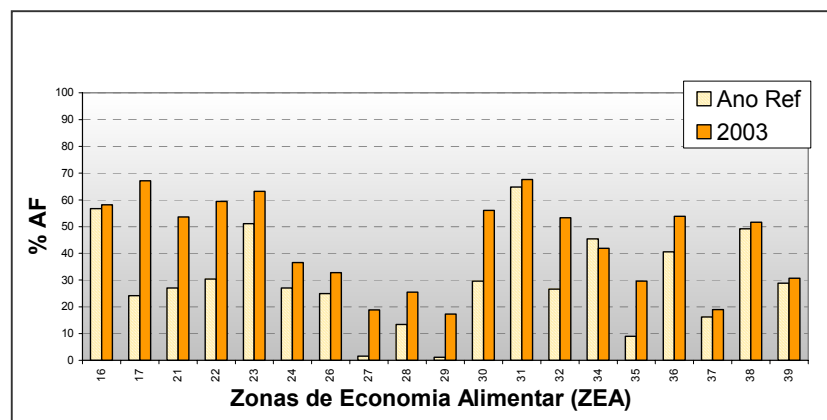
Enquanto isso, uma outra mudança ocorreu no sentido inverso, isto é teve um incremento no que respeita à percentagem de AF recorrendo ao ganho-ganho. De facto, cerca de 29% de AF tendem a ter ganho-ganho como a fonte de receita num ano normal. Contudo, essa percentagem passou a ser de 40% em 2002 e mudando para 43% em 2003. As outras fontes tais como emprego formal, remessa de emigrante, venda de bebidas mostraram algum aumento mas não de forma significativa e as demais fontes não ilustraram nenhuma mudança.

O verificado ao nível das províncias poderá ter grandes variações quando analisado de forma desagregado ao nível dos distritos e das ZEAs. Por este facto, foram seleccionadas as fontes de maior expressão, objecto de discussão a seguir.

Ganho-Ganho

Gráfico 26: % de AF usando ganho-ganho como fonte de rendimento

Confirma-se que o ganho-ganho está-se a tornar numa das principais fontes de receitas para os AF. As ZEAs 17 e 31 são as que ilustraram uma percentagem mais elevadas de famílias recorrendo a esta fonte situando-se a volta de 70%. Entretanto, é notório que ao longo



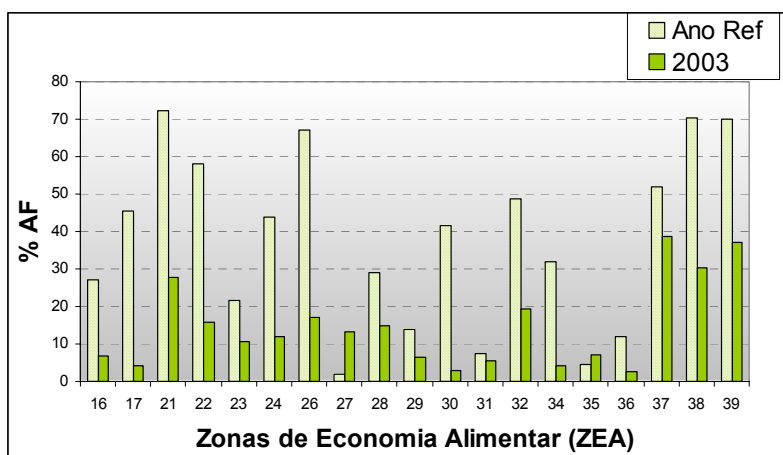
do Norte do rio Save as ZEAs com maiores expressões são as 16, 17, 21, 22, e 23. Para o caso das ZEAs ao Sul destaca-se as seguintes: 31, 36 e 38. Paralelamente a isso, contacta-se uma mudança substancial quando se compara o ano de referência com o ano 2003. na realidade, na ZEA 17 houve uma mudança de 25 para 67% dos AF recorrendo ao ganho-ganho. Essa tendência de mudanças incrementais registou-se ainda nas ZEAs 21, 22, 23, 30 e 35. Curiosamente, não se verificou mudanças substanciais nas ZEAs ao Sul do Save, o que tendo em

conta a crise que assola essa região, demonstra que as famílias terão já chegado ao clima das possibilidades de praticarem ganho-ganho. Vide Gráfico 26.

Há ainda a destacar que as ZEAs 27, 28, 29, 35 e 37 são as que ilustram menos uso do ganho-ganho num ano normal, mas estando entre as que exibiram maiores mudanças percentuais durante o presente ano. Atenção especial deve ser dada ao acontecido nas ZEAs 27 e 29 em que o ganho ganho num ano normal praticamente não tem expressão(1% dos AG) mas que no presente ano envolveu 18 a 20% dos AF nessas ZEAs.

Venda de produtos agrícolas

Gráfico 27: % dos AF usando venda de produtos agrícolas como fonte de rendimento



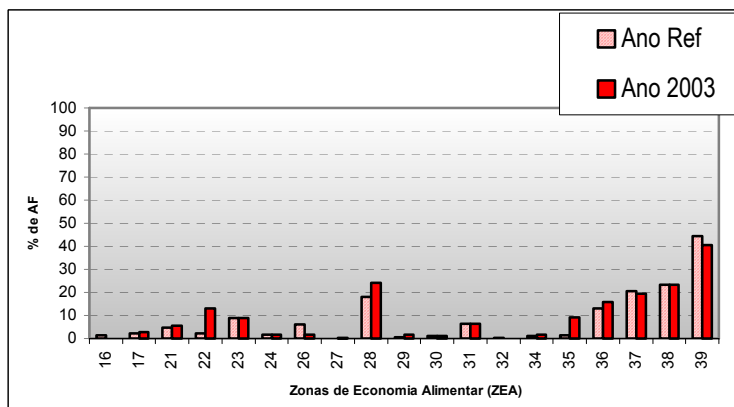
Ao contrário de um ano normal, a importância da venda de produtos agrícolas como fonte de rendimento foi mínima com apenas 15% dos AF usando esta actividade. Isso representa um decréscimo significativo de 38 para menos de 15% dos AF

entrevistados. Para, além disso, apenas entre 6 a 8% dos AF identificaram a venda de produtos agrícolas como a principal fonte de rendimento. As ZEAs com maiores decréscimo são precisamente as que num ano normal envolvem uma percentagem mais elevada de AF nesse tipo de actividade. Este é o caso das ZEAs 17, 21, 22, 26, 38 e 39. Atenção especial deve ser dada aos casos das ZEAs 29, 27 e 35 por exibirem uma percentagem muito reduzida de AF no desempenho de ganho-ganho e venda proveniente das machambas. Vide Gráfico 27.

Venda de Carvão

Gráfico 28: % dos AF usando venda de carvão como fonte de rendimento

A venda de carvão tem sido identificada simultaneamente como um risco a sustentabilidade do meio ambiente, mas também como uma das principais alternativas de sobrevivência usada pelas famílias em caso de crise alimentar. Não



obstante isso, nota-se surpreendentemente que menos de 10% dos AF estiveram envolvidas nessa actividade. Contudo, torna-se relevante notar que quase 7% dos AF entrevistados usaram a venda de carvão como principal fonte de rendimento.

A frequência de AF envolvidos na venda de carvão variou consideravelmente quando analisado de forma desagregado. Apenas zonas 28, 36, 37, 38 e 39 tiveram mais do que 10% dos AF engajados nessa actividade. A ZEA 39 foi a que exibiu uma maior proporção de AF recorrendo a prática em análises com valores acima de 40%. Embora os níveis de venda de carvão possam ser considerados altos nessas zonas, não se registou mudanças significativas em relação ao ano de referência. As zonas com menores índices de venda, tais como as 22 e 35 são as que ilustraram maiores incrementos.

Os altos níveis de participação dos AF nesta actividade nas ZEAS 37,38,39 está associado as suas proximidades de Maputo e fortes atracção do mercado.

Remessas

Contrário ao que se esperava as remessas quer dentro e fora do país não ilustraram grande importância entre as famílias entrevistadas. Apesar disso, foram registadas um pequeno aumento no numero de AF recebendo remessas de dentro do país, principalmente nas zonas 22, 23, 31 e 36. O mesmo fenómeno teria também ocorrido em relação ás remessas de fora do país no que respeita ás ZEAs 26, 30 e 35.

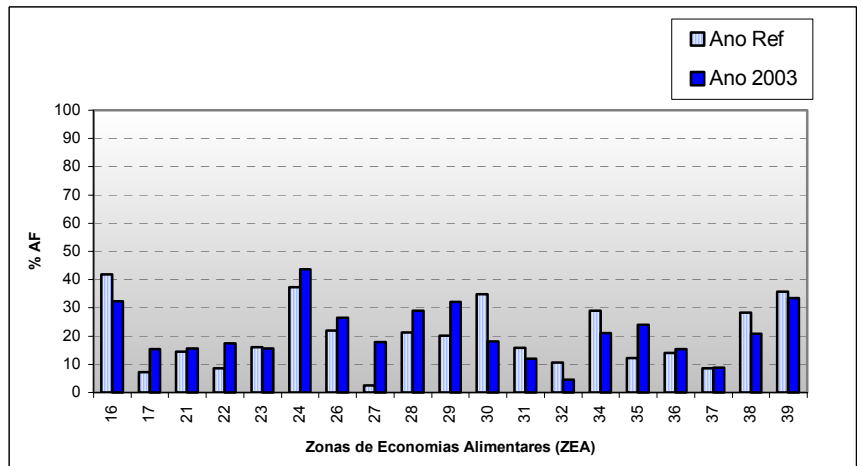
Venda de Animais

O panorama geral da situação ao nível de todas as províncias estudadas deixa aparentemente

transparecer que não existiram grandes variações no número de AF vendendo animais quando comparado o ano de referência com o ano 2003. Porém, a realidade é outra quando analisado por ZEAs conforme ilustrado na Gráfico 29. De facto,

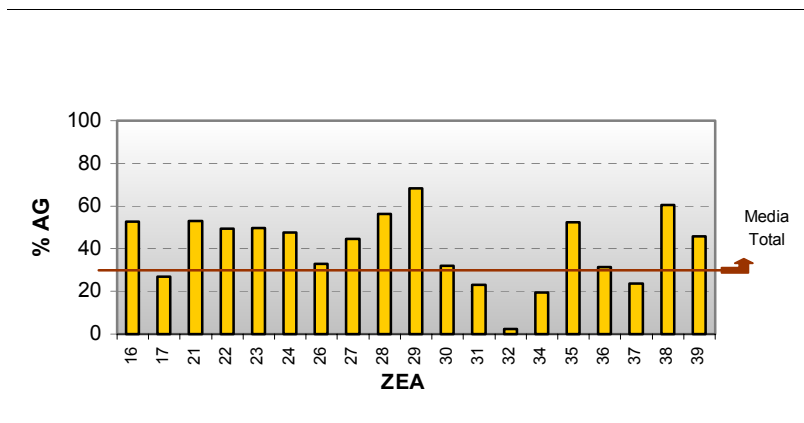
verificou-se um aumento de 8 a 10% no número de AF vendendo animais nas ZEAs 17, 22, 28, 29 e 35. Contudo existem ZEAs que exibiram decréscimo situando-se entre 8 e 15%, de entre as quais são destacadas as ZEAs 16, 30, 34 e 38.

Gráfico 29: % de AF vendendo animais como fonte de rendimento



Estratégias de sobrevivência

Gráfico 30: % AG desenvolvendo estratégias extremas de sobrevivência



A estratégia de sobrevivência refere-se à adaptação dos AF na obtenção e gestão dos seus recursos (incluindo os financeiros, humanos e a produção) face aos constrangimentos que lhes são

apresentados no acesso desses próprios recursos. A dinâmica da estratégia tende a variar no tempo e no espaço e inclusive poderá ser expandida e diversificada para responder a momentos de crises. Conhecer a dimensão dessas estratégias em períodos críticos como estes que os AF estão atravessando, particularmente de anos consecutivos de redução drástica na produção, permitirá uma avaliação mais adequada do grau da vulnerabilidade. Foi nesse contexto que parte do inquérito foi direccionado para identificar grupos de AF que alguma vez foram incapazes de alimentar os membros dos seus agregados e tiveram que recorrer ao uso de estratégias de adaptação extrema, no último ano, em caso positivo, documentar as frequências de tipos dessas estratégias.

Da amostra total, 38% disseram ter recorrido a estratégias de sobrevivência extremas. No entanto, conforme ilustra o Gráfico 30, houve uma grande variação entre as ZEAs. A ZEA 29 exibiu a percentagem mais elevada abrangendo cerca de 70%.

Outras ZEAs com a situação mais delicadas foram as 38 com 60%, a 28 com 58%, a 21 e 16 com cerca de 55%. Em termos gerais 11 das 19 ZEAs estudadas tiveram uma percentagem de AF acima da média (38%) a recorrerem a mecanismos extremos para colmatar a falta de alimentos.

Entretanto, convém mencionar que algumas ZEAs tais com a 32, 34, e 37 tiveram uma percentagem muito baixa dos AF envolvida nesse tipo de adaptação.

Mais do que identificar os AF que usaram mecanismos extremos, foi possível identificar quais foram esses mecanismos e, conforme ilustrado no quadro 1 os mesmos foram diversos e com diferentes frequências. De entre essas estratégias, passar um dia sem comer (26%) foi a mais comum seguida de ter comido todas as sementes (21%).

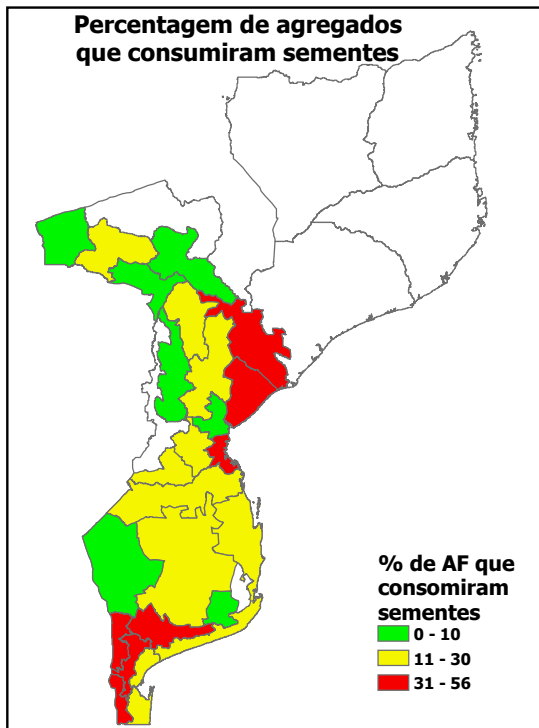
Este último aspecto tem as suas implicações, sobretudo na perspectiva de longo prazo, ou seja, na próxima campanha agrícola podendo representar o motivo da perpetuação da vulnerabilidade entre este grupo de AF.

Quadro 1: Frequência de tipo de estratégia de sobrevivência

Estratégia	Percentagem de agregados familiares que a usam
Passar um dia sem comer	26%
Comer toda a semente do (agregado familiar)	21%
Comer alimentos típicos da época de fome ⁹	19%
Pedir aos outros	13%
Vendas de animais acima do normal	6%

⁹ "Alimentos típicos da época de fome são diferentes de alimentos silvestres. As comunidades tem certos alimentos silvestres que eles normalmente colhem e juntam numa base sazonal. Em tempos de crise, eles podem depender mais dos alimentos silvestres. Por outro lado, alimentos típicos da época de fome, são tipos específicos de raízes, frutos ou folhas que não são consumidos em anos normais, mas sim o são apenas em tempos de crise/escassez.

Mapa 3: Percentagem de AF beneficiárias do programa de mitigação à seca



A percentagem relativamente alta de famílias que disseram ter consumido as suas sementes constitui motivo de preocupação no que respeita ao período/a possibilidade de recuperação. O mapa ilustra a dispersão da elevada percentagem de famílias que reportaram este comportamento por ZEA.

As ZEAs abrangendo a província de Maputo e na parte sul da Província de Gaza que exibiram maiores percentagens de AF. Entretanto, há que se considerar que tal atitude também está associada a proximidade do mercado e a facilidade de readquirir sementes através de compras quando for necessário.

A maior parte das estratégias de sobrevivência que podem ser consideradas como extremamente

negativas para a futura recuperação, tais como a venda de animais produtivos, venda de instrumentos agrícolas e a migração do agregado familiar foram reportadas por uma percentagem reduzida de AF. Não obstante, depara-se que 57 agregados. Declararam terem migrado, o que constituiu um certo motivo de preocupação. Nos próximos 6-9 meses é crucial que haja um acompanhamento mais rigoroso do comportamento extremo de sobrevivência.

5.2.7 Programas de mitigação

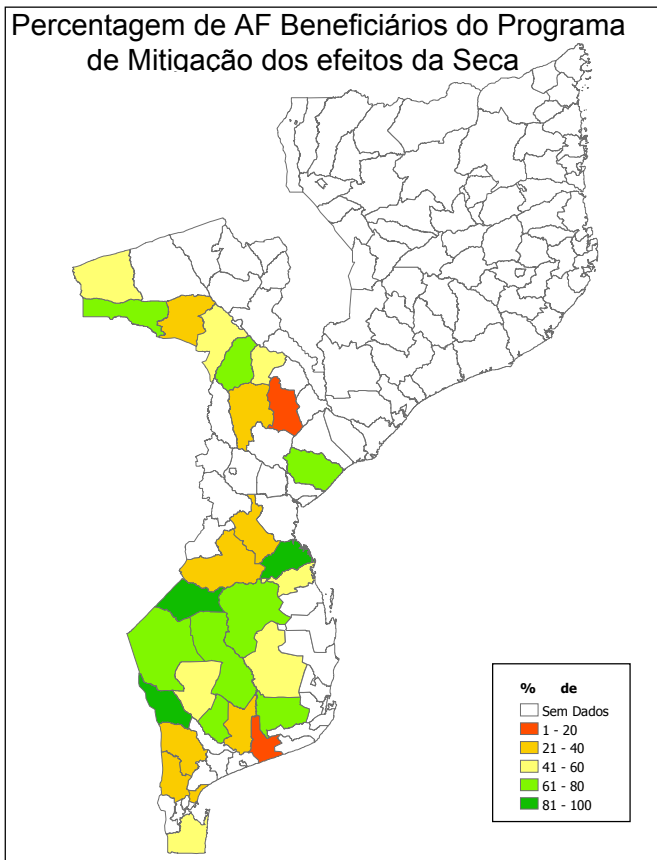
A cada agregado foi perguntado se teria havido alguma intervenção para ajudar a mitigar os efeitos da seca. Apesar de 63% dos agregados familiares viverem em áreas onde houve uma intervenção, apenas pouco menos que metade (44%) dos entrevistados disseram que tinham sido beneficiários. A maioria referiu-se a programas de Comida pelo trabalho como principal intervenção, com menores percentagens para os restantes tipos conforme ilustra o quadro abaixo. Apenas uma insignificante percentagem (4%) disse ter sido beneficiária de mais de uma intervenção.

Na categoria de Comida pelo Trabalho, o questionário não fez nenhuma separação entre os vários tipos de programas de comida pelo trabalho (iniciados no âmbito da actual emergência ou como uma das iniciativas de desenvolvimento do governo, PMA ou ONGs).

Tabela 14: Avaliação de acesso a programas de mitigação

% de AF que não Beneficiaram	Nenhum benefício	56,5
% de AF que Beneficiaram	Comida pelo Trabalho	38,9
	Sementes	2,4
	Instrumentos de produção	0,3
	Animal	0,3
	Dinheiro	0,3
	Regadio	0,3
	Outro	1,0

Mapa 4: % de AF Beneficiários do Programa de Mitigação dos Efeitos da seca



Dos 29 distritos incluídos na amostra, a provincial de em que as intervenções de mitigação foram mais mencionadas foram, em ordem decrescente: Inhambane, Manica, Gaza e Tete. Existe, porém uma considerável margem nos distritos como Massangena e Massingir, em que quase todos os entrevistados disseram que tinham sido beneficiários, enquanto que em Mandlacaze apenas 15% disseram ter sido beneficiados e 73% em Magoé.

A análise detalhada pode dar informação sobre a orientação da assistência, e se as famílias vulneráveis identificadas por este levantamento foram as mesmas que receberam assistência através das actividades de mitigação da seca.

4.3 LIGAÇÕES ENTRE ASPECTOS NUTRICIONAIS E DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Comentários Nutricionais

Os dados nutricionais foram primeiramente cruzados com várias variáveis ligadas a questões de segurança alimentar, levando-se em consideração as ZEAS. Verificou-se que não existem correlações aparentes, o que nos leva a necessidade de análises mais detalhadas para estes aspectos.

Há varias explicações que possam justificar tal facto:

- Dados não confiáveis devido à metodologia de amostragem.
- O agrupamento dos indicadores para definir a categoria de AF com insegurança alimentar não reflecte a realidade.
- O estado nutricional da criança reflecte um período de 1-3 meses anterior e não o momento do inquérito, portanto provavelmente estamos a comparar dois períodos não comparáveis neste momento.

Entretanto convém mencionar o seguinte:

- 5% das crianças na amostra não comeram cereal durante as 24 horas da reconstituição consumo.
- 68% não comeram carne ou derivados nesse mesmo período.
- 37% não comeram leguminosas.
- 10% não tiveram acesso a folhas, sumos, óleo, açúcar ou manteiga.

Em função do exposto, fica claro a necessidade de análises mais especializada que poderá brevemente fazer parte das publicações temáticas a serem oportunamente desenvolvida pelo grupo d O GAV.

4.4 PERSPECTIVAS PARA SAN JUNHO 2003-MARCO 2004

O resultado das análises usando os indicadores múltiplos da segurança alimentar e nutrição ilustrou que existem grandes discrepância entre os AF entrevistados dentro de cada ZEA e por ZEAs. Quer os aspectos das reservas alimentar quer a dinâmica da pecuária aliados aos padrões da dieta alimentar serviram de forte suporte para reconhecer o cenário degradante descrito na secção da nutrição deste documento. Paralelamente a isso, a própria estratégias da sobrevivência extremas em termos de frequência e tipo apresentaram um quadro preocupante. No presente trabalho, ficou claro de que os programas de mitigação não têm sido abrangentes deixando a margem um número substancial de AF.

Face a esta realidade, surge um desafio de extrema importância: Que Agregado familiar precisa de assistência? Quantos são e onde estão? E como estratificar esses grupos para poder permitir uma intervenção diferenciada.

Diferentes cenários foram usados face a combinação de indicadores que permitam avaliar de forma mais coerente as variações dos níveis de vulnerabilidade. O primeiro passo foi o de definir uma estratégia que permitisse identificar os AF que se encontravam em situação pior dos piores dentro do universo dos grupos entrevistados. Para a identificação desse grupo crítico foram considerados todos os AF **com menos de três meses de consumo potencial de reservas, não possuem mandioca, e sem nenhuma fonte de rendimento monetário, isto é sem emprego formal ou emprego informal ou remessas.**

5.4.1. POPULAÇÃO EXTREMAMENTE VULNERAVEL

Para o propósito de maior coerência em termos de intervenções torna-se pertinente criar condições para que se possa avaliar as variações entre os distritos dentro de cada província, pois, isso permitirá uma intervenção mais adequada.

A **tabela 17** ilustra a situação por província, mas referindo no entanto que os valores reflectem apenas o número e percentagem de AF provenientes dos distritos considerados com problemas de seca dentro de cada uma das províncias. Em termos de número da população, a província de Gaza parece ser a mais afectada com 237.000 correspondendo a 22% da população dos distritos afectados mantendo-se a mesma percentagem em relação á província. A província de Tete ocupa a 2ª posição em termos da estimativa da população afectada (165.000), mas ocupando a primeira posição em termos da proporção da população dos distritos afectados (29%).

A **tabela 18** apresenta os números de pessoas vulneráveis identificadas pelo GAV e os resultados do (Crop Food and Supply Assessment Mission) CFSAM, e pode-se realçar que em muitos dos casos não houve grandes diferenças com a excepção da situação dos distritos de afectados em Gaza, algumas das quais

exibem uma proporção acima de 60% das populações. Noutros casos, os números do GAV eram superior aos apresentados pelo CFSAM, isso devido a diferenças na metodologia e o uso de indicadores mais consistentes na avaliação da vulnerabilidade, incluindo os efeitos de HIV/SIDA. Em outros casos, os números apresentados pelo CFSAM eram mais conservadores, não incluindo cenários de melhorias na produção devido a contribuição da segunda época agrícola.

Tabela 15: População que necessita de assistência imediata por Província

Província	População Total 2003*	População nos distritos afectados pela seca 2003**	População Afectada	Percentagem da População dos Distritos Afectados	Percentagem da População total da Província
Gaza	1,079,369	1,079,369	237,000	22%	22%
Inhambane	1,363,596	441,385	99,000	22%	7%
Manica	1,243,638	174,989	30,000	17%	2%
Maputo	1,039,321	414,012	58,000	14%	6%
Sofala	1,548,748	102,550	16,000	16%	1%
Tete	1,424,263	567,295	165,000	29%	12%
Zambézia	3,559,923	247,074	54,000	22%	2%
Total	11,258,858	3,026,674	659,000	22%	6%

* População projectada pelo Censo 1997

** Distritos Afectados pela seca descrita na tabela de distritos afectados. Não inclui população urbana

*** População total da província inclui áreas urbanas e não afectadas

**** População total da província não inclui zonas urbanas mas inclui zonas não afectadas

Tabela 16: População que Necesita de Assistência Imediata por Distrito

Informação Administrativa			GAV Junho 2003		CFSAM	
Província	Distrito	Pop Total do Distrito 2003 (c)	População extremamente vulnerável	Percentagem da população extremamente vulnerável	População Afectada 2003	% da população total afectada (e)
Gaza	Massingir	25,097	17,182	68%	16,000	64%
Gaza	Chicualacuala	38,829	26,583	68%	28,000	72%
Gaza	Massangena	14,051	8,920	63%	10,000	71%
Gaza	Mabalane	29,087	17,552	60%	18,000	62%
Gaza	Chigubo	14,945	7,156	48%	8,000	54%
Gaza	Chokwe	168,294	42,807	25%	48,000	20%
Gaza	Chibuto	163,685	35,867	22%	33,000	20%
Gaza	Gujja	65,729	14,294	22%	14,000	21%
Gaza	Mandlakaze	177,873	28,272	16%	36,000	20%
Gaza	Bilene	165,932	24,036	14%	34,000	20%
Gaza	Xai-xai	215,847	14,330	7%	11,000	5%
Gaza Total		1,079,369	237,000	22%	256,000	24%
Inhambane	Mabote	38,523	18,145	47%	16,000	42%
Inhambane	Funhalouro	33,789	14,298	42%	21,000	62%
Inhambane	Govuro	30,655	10,185	33%	16,000	52%
Inhambane	Inhassoro	50,179	11,000	22%	11,000	22%
Inhambane	Panda	49,676	9,372	19%	15,000	30%
Inhambane	Homoine	105,812	16,000	15%	16,000	15%
Inhambane	Vilankulo	132,751	20,000	15%	20,000	15%
Inhambane Total		441,385	99,000	22%	115,000	26%
Manica	Machaze	81,689	16,439	20%	25,000	31%
Manica	Macossa	15,814	2,749	17%	2,000	13%
Manica	Guro	43,375	6,680	15%	22,000	51%
Manica	Tambara	34,111	4,132	12%	17,000	50%
Manica Total		174,989	30,000	17%	66,000	38%
Maputo	Moamba	39,529	7,031	18%	20,000	51%
Maputo	Magude	32,264	5,672	18%	17,000	53%
Maputo	Matutuine	37,444	5,864	16%	19,000	51%
Maputo	Boane	74,806	10,624	14%	8,000	11%
Maputo	Manhiça	139,139	19,010	14%	14,000	10%
Maputo	Marracuene	48,299	6,549	14%	5,000	10%
Maputo	Namaacha	42,531	3,251	8%	5,000	12%
Maputo Total		414,012	58,000	14%	88,000	21%
Sofala	Machanga	44,363	10,883	25%	18,000	41%
Sofala	Chemba	44,740	4,030	9%	7,000	16%
Sofala	Muanza	13,447	1,087	8%	7,000	52%
Sofala Total		102,550	16,000	16%	32,000	31%
Tete	Changara	140,298	62,400	44%	85,000	61%
Tete	Cahora_bassa	71,530	31,206	44%	29,000	41%
Tete	Magoe	51,341	19,908	39%	31,000	60%
Tete	Zumbu	44,015	14,649	33%	5,000	11%
Tete	Mutarara	138,292	24,288	18%	14,000	10%
Tete	Moatize	121,819	12,550	10%	13,000	11%
Tete Total		567,295	165,000	29%	177,000	31%
Zambezia	Chinde*	140,841	43,000	31%	43,000	31%
Zambezia	Inhassunge*	106,233	11,000	10%	11,000	10%
Zambezia Total		247,074	54,000	22%	54,000	22%
Grand Total		3,026,674	659,000	22%	788,000	26%

(p) população projectada por Posto Administrativo 1997-2003 que está incluída dentro das ZEAs estudadas neste inquérito

(c) população projectada para 2003 por distrito - Censo 1997

(e) percentagem sobre a população total do distrito

** Distritos incluídos nas ZEAs estudadas no inquérito GAV 2003, mas não incluídas na amostragem nem no CFSAM - Não incluídos nos números finais

* Distritos incluídos no CFSAM mas não incluídos nas ZEAs estudadas pelo GAV julho 2003 - valores do CFSAM incluídos

Como referido anteriormente, os números apresentados na **tabela 18** dizem respeito apenas às populações consideradas em situações mais críticas baseadas nos resultados provenientes do inquérito. Este grupo, não obstante com a contribuição da segunda época agrícola, poderão estar numa situação crítica em termos de vulnerabilidade e insegurança alimentar, o que lhes leva a serem elegíveis para assistência imediata. Isso deve incluir principalmente a ajuda alimentar, mas não descorando, no entanto, a possibilidade de outras formas de assistência, visando restaurar e reforçar os mecanismos de sobrevivência das famílias, de entre os quais se destacam uma preparação mais cautelosa da fase que antecede o início da próxima campanha agrícola. Por conseguinte, este é o grupo alvo para intervenção imediata e com carácter contínua até a próxima colheita que iniciará em Janeiro no Sul e meados de Fevereiro - Março no centro.

O GAV encoraja uma monitoria minuciosa da situação nos meses precedentes a colheita (Outubro a Dezembro) visto que estes meses marcam o período de escassez de alimentos para muitas famílias pobres no meio rural mesmo em anos bons. Este ano, depois de duas épocas más, é possível que a insegurança alimentar aumente rapidamente e significativamente durante o período normal de escassez. Neste contexto, a vigilância extra será necessária.

5.4.2. População em Risco requerendo monitoria

Identificar os grupos extremos da população a serem assistidas não garante uma abrangência exaustiva de todas famílias carenciadas. Grupos existem que se encontram rodeados de incertezas dependendo, sobretudo, dos efeitos de combinação de factores, de entre os quais se destacam o fortalecimento ou não do ganho-ganho; acesso aos programas de comida pelo trabalho; o desempenho da agricultura até Dezembro, etc. Nessa perspectiva, o GAV definiu alguns cenários intermédios para alargar o número de AF que potencialmente poderão ou não vir a ser vulneráveis. Para tal foram estabelecidos mais três categorias de critérios combinando os indicadores chaves que possam fazer diferenças na sobrevivência das famílias e factores determinantes de insegurança alimentar, particularmente depois de Outubro até a colheita. Assim:

Grupo I: Famílias com:

- Quatro meses de reservas combinadas de produção e venda de animais,
- Sem emprego formal ou remessas
- Sem mandioca
- Com duas ou menos fontes de rendimento.

Grupo II: Famílias com:

- Cinco meses de reservas combinadas de produção e venda de animais,
- Sem emprego formal ou remessas
- Sem mandioca
- Com duas ou menos fontes de rendimento

Grupo III: famílias com

- Um mês ou menos de reservas combinadas de produção e venda de animais,
- Sem emprego formal ou remessas
- Com em mandioca
- Com uma ou menos fontes de rendimento.

A **tabela 19** ilustra o peso de cada grupo por província sendo estas categorias num total de população que poderá atingir os 254.779. Tete ocupa a primeira posição em termos de número da população afectada dentro da 1ª e 2ª categoria seguido de Gaza. Já a província de Inhambane destaca-se na 3ª categoria e, aliás, é ela que tem a maior percentagem da população que potencialmente poderá vir a ser afectada dentro deste último cenário.

De qualquer maneira, uma monitoria contínua de quaisquer dos grupos, mas com particular destaque para os que estão na situação extrema e as no grupo 1 torna-se numa necessidade urgente e que carece de um engajamento efectivo da equipa do GAV na coordenação dessa intervenção.

Tabela 17: Das necessidades por província

Informação Administrativa			Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		População a ser monitorada em todos os grupo	Percentagem da População a ser monitorada em todos os grupo
Província	População Total 2003*	População em distritos afectados pela seca 2003**	População Afectados	% da População dos Distritos Afectados	População a ser monitorada	% da População dos Distritos Afectados	População a ser monitorada	% da População dos Distritos Afectados		
Gaza	1,079,369	1,011,627	30,349	3%	10,116	1%	30,349	3%	70,814	7%
Inhambane	1,363,596	441,385	0	0%	0	0%	83,863	19%	83,863	19%
Manica	1,243,638	174,989	3,500	2%	1,750	1%	8,749	5%	13,999	8%
Maputo	1,039,321	414,012	4,140	1%	0	0%	8,280	2%	12,420	3%
Sofala	1,548,748	102,550	2,051	2%	2,051	2%	7,179	7%	11,281	11%
Tete	1,424,263	567,295	39,711	7%	22,692	4%	0	0%	62,402	11%
Zambézia	3,559,923	247,074	?	?	?	?	?	?	?	?
Total	11,258,858	2,958,932	79,750	3%	36,609	1%	138,420	5%	254,779	9%

5 CONCLUSÕES

Da análise de vulnerabilidade efectuada desde Maio 2003, conclui-se que não obstante os diversos programas de intervenção para mitigar a situação da seca e da vulnerabilidade, Moçambique continua a enfrentar problemas sérios de nutrição e de segurança alimentar, havendo distritos em situação de vulnerabilidade extrema nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete.

Amostras pequenas não nos permitem tirar conclusões definitivas sobre a situação das crianças e dos agregados familiares tidos como particularmente vulneráveis – que incluem os órfãos de mãe, os agregados familiares chefiados por crianças e por pessoas idosas e aqueles em que vivem adultos com doenças crónicas. Contudo, os dados demográficos mostram que há um número significativo de crianças a viver nestas condições.

Os níveis elevados de desnutrição aguda global nas áreas visadas demonstram que a situação em algumas províncias não está a melhorar, contrariamente às expectativas para este período do ano (logo durante ou após da colheita). De um modo geral, as crianças correm maiores riscos de desnutrição entre os 6 e os 23 meses de vida quando estão na fase do desmame, necessitando nesse período de uma alimentação frequente. Contudo, nas áreas objecto do inquérito, apenas 30,5% das crianças do grupo etário dos 6-23m têm três refeições e lanches diários e só 3,3% são alimentadas quatro ou mais vezes por dia, conforme o recomendado. O alto nível de mulheres desnutridas (na província de Tete) sublinha que a situação nutricional dos adultos é também muito preocupante, dado que a grande maioria dos agregados familiares tem uma dieta de baixa ou muita baixa qualidade.

Os consistentes altos índices de desnutrição crónica e de morbilidade, incluindo a malária endémica, constatados nas áreas inquiridas, constituem uma verdadeira ameaça para o bem-estar destas comunidades em especial, tendo em conta as estimativas de alta prevalência do HIV nestas áreas e os défices alimentares que se encontram documentados. Face a tais ameaças, revela-se de maior importância o acesso aos serviços de saúde preventiva e a sua utilização. O inquérito mostra, no entanto, índices relativamente baixos de administração de Vitamina A.

Os dados de nutrição ilustram que Maputo e Tete são as duas províncias com distritos exibindo as mais altas taxas de malnutrição. Porém os dados de Maputo devem ser interpretados com cuidado, porque 14% da malnutrição aguda global nessa província se deve a presença de edema, o que indica uma possibilidade de erro no diagnóstico de edema pela equipa do campo. Enquanto isso, as províncias de Maputo, Gaza e Sofala são as províncias com distritos com maior prevalência de malnutrição crónica mais alta comparativamente aos dados do GAV em Novembro/Dezembro.

Foram identificadas cerca de 659.000 pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, em 29 distritos, que necessitarão de assistência, particularmente da ajuda alimentar a partir de Julho de 2003 até a próxima colheita. Um diagnóstico da situação em Outubro apresentará um cenário mais coerente da situação preconizando-se a possibilidades no incremento de pessoas que, possivelmente, poderão vir a necessitar de assistência. Por este facto a equipa do GAV avançou com três outros cenários para permitir maior flexibilidade nas programações de assistência.

Os distritos afectados da província de Tete apresentam o índice mais alto de vulnerabilidade, com 29 % do total da sua população. Seguem-se as províncias de Gaza, Inhambane e Zambézia com 22 % , Manica com 17%, Sofala com 16% e Maputo com 14%. No caso específico dos distritos afectados da província de Maputo, tomou-se em conta as vantagens comparativas de alternativas de sobrevivência, o acesso ao mercado e as fontes de rendimento informais, alternativas essas que poderão contribuir para minimizar a situação de insegurança alimentar nesta província. Para maiores detalhes, sobretudo no concernente a proporção dos distritos afectados e número de população (**Tabela 18**).

O total estimado das populações afectadas nesta avaliação é ligeiramente inferior às estimativas do CFSAM para o primeiro semestre no que respeita ao total das seis províncias. Contudo, há variações a nível distrital pelo que a monitoria da situação é fundamental. Convém mencionar que a diferença entre o GAV e o CFSAM justifica-se nas diferenças em metodologias, o peso dado aos indicadores e às diferenças nas percepções sobre o desempenho da agricultura após a 1ª. Época. Comparando com as avaliações de 2002, o total de pessoas afectadas aumentou ligeiramente, mas observam-se melhorias nalguns distritos e noutros a situação de vulnerabilidade piorou. .

Alguns factores externos influenciaram a mudança da situação geral e em particular ao nível dos distritos:

- Alterações climáticas, em particular a precipitação mudaram as práticas culturais, podendo-se que a população está a semear sempre que chove, não sendo possível distinguir as 1ª e 2ª épocas agrícolas. Por outro lado, a falta de chuvas na 1ª época provocou grande redução dos rendimentos ou mesmo perda das culturas. Com a precipitação que se verifica desde Março passado, observam-se culturas no campo em diferentes fases de crescimento, havendo expectativas dos resultados serem bons e superiores aos 10% da produção da 1ª época que convencionalmente se considera.
- As tendências dos preços não variam muito dos anos anteriores. Na zona sul os preços aumentaram em cerca de 50% e baixaram no centro e norte. A previsão de redução de venda de cereais para os países vizinhos não se tem verificado, mas a preços mais baixos devido à maior oferta de cereais. Esta situação prejudica fortemente os produtores, e a possível

retenção dos produtos pelos vendedores aguardando por melhores preços de venda afectará o padrão de compra pelos consumidores.

No que se refere aos dados de segurança alimentar eles foram agrupados para analisar o consumo e fontes de alimentos, reservas alimentares, pecuária, fontes de rendimento e estratégias de sobrevivência extrema.

As análises por Zonas de Economias Alimentares (ZEA) permitiram avaliar com maior exactidão as variações espaciais e de grupos de AF, para além de ter proporcionado a identificação das potenciais causas da vulnerabilidade e os mecanismos de sobrevivência usados. Contudo, essa metodologia poderia ganhar mais consistência se fosse extrapolado ao nível do distrito proporcionando assim uma maior capacidade de decisão nas intervenções.

Comparando a situação actual com um ano considerado normal e com o 2002, verifica-se que a degradação das condições de vida das populações nalgumas áreas foi bastante acentuada, em que estratégias de sobrevivência extremas ou negativas foram usadas com frequência:

- A retrospectiva da dieta alimentar (24 horas recall) demonstrou que uma alta percentagem de AF tiveram uma dieta considerada entre muito baixa a baixa qualidade (acima de 98%), havendo uma boa percentagem de famílias que nem chegaram a consumir produtos básicos, ou seja cereais, raízes, tubérculos, pão e bolo (por exemplo 50% na ZEA 34 Distritos, e 30% na ZEA 30 distrito).
- A tendência é ainda agravada pelo facto de a principal fontes de alimento (90%) tenha sido proveniente da agricultura, que em termos gerais exibiu uma produção muito aquém do normal. Aliás, a própria existência da reserva potencial de alimento (reservas em casa mais as que provavelmente podem vir a ser colhidas) é precária e com uma percentagem elevada de AF com menos 3 meses de alimento
- A ajuda alimentar nas suas formas múltiplas tem sido uma verdadeira válvula de escape para colmatar o déficite alimentar das famílias, mas não suficiente em termos de abrangência geográfica e nem em número de famílias.
- Essa tendência de degradação também se aplica em relação a pecuária, conforme se pode verificar pelo número elevado de AF sem efectivos. Contudo, notou-se uma ligeira melhoria entre 2002 e 2003 pelo facto da percentagem de AF sem animais ter reduzido; a percentagem de AF com número de animais intermédios ter aumentado, principalmente, no que respeita aso caprinos e pelo aumento de bovinos entre os AF que tinham mais animais. A maior dinâmica verificou-se em relação a galináceos, destacando-se uma percentagem maior de AF com acesso a esse tipo de animais; um incremento substancial na percentagem de AF com galinhas na classe intermédia e uma redução

entre os AF com muitas galinhas, redução essa não por causa de doença mas sim devido ao consumo e ou vendas.

- Registou-se algumas mudanças nas fontes de rendimento que podem ser vistas com maior peso quando analisado de forma desagregado em termos de ZEA. Sem dúvida que as maiores mudanças tiveram lugar em relação ao ganho-ganho e agricultura. No que respeita ao primeiro registou-se uma tendência incremental em relação ao ano de referência e ao ano passado. Em algumas das ZEAs (17, 21,22, e 27) a mudança foi na ordem de 100% chegando o ganho-ganho a representar 60% das fontes de receita. Em contraste, o peso da agricultura como fonte de receita degradou-se substancialmente em relação ao ano de referência indo de 37% para 14% no presente ano. Quando analisado por ZEA a situação é ainda muito mais degradante, chegando a ter uma redução substancial como é o caso da ZEA 21 e 26 em que baixou de 70% para 15%.
- As outras fontes de receita, entre as quais a própria venda de carvão, remessa de emigrantes, venda de animais exibiram mudanças, mas não com a expressão que se esperava, podendo-se, no entanto, destacar o papel da venda de carvão nas ZEAs que abrangem a província de Maputo fortemente influenciado pela dinâmica do mercado.

Embora já sejam visíveis, nalguns casos, os esforços desenvolvidos para assistir as populações mais afectadas, eles ainda não atingiram os resultados esperados. São os casos de fomento pecuário e de multiplicação de mandioca e de batata doce, complementando a ajuda alimentar.

Vários programas de mitigação dos efeitos das calamidades naturais têm contribuído para reduzir a ritmo da degradação do modo de vida das populações e dos recursos naturais, e nalguns casos tem apoiado as comunidades, na recuperação gradual das perdas provocadas pelas cheias, seca e ciclones. Para além dos programas de fomento pecuário, multiplicação e distribuição de semente de culturas convencionais e de novas culturas (mandioca, batata doce e ananás), reconstrução e construção de infra-estruturas sociais e económicas, entre outras. A FAO em articulação com as diversas estruturas do Governo tem sido um dos principais impulsionadores dessa dinâmica no seio das comunidades, em busca de alternativas e adaptação aos efeitos múltiplos das calamidades naturais.

A ajuda alimentar tem jogado um papel importante quer através da distribuição gratuita quer através dos esquemas multiformes, visando integrar os programas de emergência com o desenvolvimento. Inúmera evidência de sucessos foi já constatada e essa articulação do PMA com as demais estruturas, principalmente com o INGC tem produzido resultados bastantes satisfatório.

Não obstante essas intervenções, o GAV documentou que uma percentagem elevada de AF chegou a usar os mecanismos extremos de sobrevivência (38%),

mas com 11 das 19 ZEAs com percentagens mais elevadas chegando atingir acima de 50%. De entre esses mecanismos extremos, o mais frequente foi o de passar um dia sem comer (26%), comer toda a semente (21%) e comer alimentos típicos da época de fome (19%).

Este cenário, no seu todo, demonstra que a monitoria da evolução dos grupos vulneráveis torna-se crucial, particularmente durante o período que antecede a campanha agrícola para acompanhar o impacto das culturas de 2ª. Época e durante o período do desenvolvimento das culturas. O GAV apresentou já uma estimativa das famílias que devem ser assistidas de imediato não necessariamente, ou exclusivamente com a ajuda alimentar, e propõe-se outros cenários que poderão ajudar numa avaliação mais adequada dos grupos vulneráveis.

6 RECOMENDAÇÕES

O diagnóstico da nutrição e da situação alimentar demonstrou um padrão preocupante entre os AF cujas as causas são múltiplas e com uma variação de distrito para distrito e dentro do mesmo distrito. Isso implica que quaisquer tipos de intervenções para minimizar a situação deverão ter uma dimensão multi-sectorial e diferenciada de acordo com a realidade específica dos diversos distritos. Nessa óptica, o aspecto da coordenação institucional torna-se numa necessidade imperativa, caso contrário correr-se-á o risco de distorções significativas na definição e implementação de estratégias de acção. É nessa perspectiva que se recomenda a promoção de uma intervenção em bloco.

Os resultados da segunda época da campanha agrícola poderão ser cruciais na mudança da situação de grupos vulneráveis. Nesta perspectiva recomenda-se uma avaliação coerente da campanha e usar essas informações para fortalecer a preparação da campanha 2003/04.

Em função do acima exposto o GAV propõe quatro níveis de recomendações:

1. INSTITUCIONAL

1. Clarificação do relacionamento entre o GAV regional e o GAV Nacional. Este aspecto é extremamente importante particularmente no que respeita a definição das prioridades dos compromissos; modis operandi; disponibilidade de recursos.
2. Promoção de um workshop para a definição de estratégia para tornar a institucionalização do GAV nacional operacional, no que respeita o seguinte:
 - a. Definição dos termos de referência do GAV
 - b. Agenda e calendarização das actividades
 - c. Liderança
 - d. Parcerias
 - e. Promoção do reforço da vontade política
3. Reforço da articulação do GAV Nacional com outros parceiros, com o objectivo de assegurar maior coordenação das actividades relacionadas com a Vulnerabilidade e Segurança Alimentar.
 - a. Inventário dos parceiros no País não membros do GAV e as suas necessidades no que refere a monitoria e avaliação da Vulnerabilidade.

- b. Avaliação da capacidade do GAV em responder as demandas dos parceiros e/ou cooperar na implementação das suas actividades.
 - c. Promover e encorajar o uso de metodologias acreditadas o GAV nacional como forma de facilitar a e padronizar a produção e uso dos resultados.
4. Tendo em conta que o presente relatório não permitiu apresentar análises mais profunda, encorajar os membros do GAV a prosseguiram com análises adicionais e publicações temáticos visando fornecer diagnósticos mais detalhados e pistas mais coerentes para intervenções.

B. INTERVENÇÕES

1. Grupo alvo: **Extremamente Vulnerável** conforme identificado pelo GAV

Tipos de intervenções

Para o grupo que foi identificado como extremamente vulnerável, é preciso que faça intervenção imediata nas seguintes vertentes:

- a. Distribuição imediata, gratuita ou comida pelo trabalho dependendo do perfil do agregado familiar em questão. Isso implica um levantamento antecipado das características dos agregados familiares dentro do distrito.
- b. Em parceria com a UNICEF reforçar os programas de suplemento alimentar visando atingir crianças e mães desnutridas, sobretudo nos distritos críticos.
- c. Introdução de modelo de distribuição de insumos agrícolas integradas com ajuda alimentar.
- d. Maior atenção na avaliação de que mecanismos que possam ser usados para permitir com que os agregados familiares iniciem a próxima campanha agrícola com o mínimo de condições e de forma atempada.
- e. Incentivar o fomento pecuário de forma diferenciado visando alargar o acesso a animais para as famílias que neste momento não tem nenhum efectivo.

2. **Grupo intermédio**, conforme recomendado pelo GAV na tabela 17

Tipo de intervenção

- a. É necessário que se faça a monitoria da situação até o início das primeiras colheitas da próxima campanha agrícola.
- b. Providenciar assistência em termos de reforço para o arranque da campanha agrícola.

3. Grupo Geral

Tipo de intervenção geral: aplicadas a quaisquer dos grupos

- a. Desenhar programa em função das lições aprendidas em relação as estratégias de sobrevivência adoptada pelas famílias em diferentes fases ao nível comunitário.
- b. Fortalecer os programas de comida pelo trabalho, definindo actividades que contribuam para aumentar as receitas familiares ou melhorar serviços.
- c. Promover actividades para a diversificação de receitas.
- d. Introdução e disseminação de culturas tolerantes a seca, e de variedades curto ciclo.
- e. Incrementar a distribuição de material vegetativo de batata doce e estacas de mandioca.
- f. Promover a emergência de pequenas hortas (pequenas plantações de hortícolas no quintal).
- g. Quando possível fomentar a emergência de pequenos regadios.
- h. Promover a criação de animais de pequena espécie, com esquemas de rotação comunitária.

C. PROMOÇÃO DE PARCEIRIAS

- 1. Engajamento das ONGs
 - a. Divulgação ampla dos resultados do GAV no seio da ONGs
 - b. Avaliação das agendas de intervenções das ONGs
 - c. Conciliação dessas agendas com as prioridades propostas pelo GAV em termos de intervenções.
 - d. Definição de uma estratégia mais ampla de cooperação e apoio do GAV a implementação, monitoria e avaliação das actividades das ONGs
 - e. O GAV promove a facilitação do dialogo entre as ONGs e os doadores no financiamento das actividades para o alivio de Vulnerabilidade e Insegurança alimentar.

2. Engajamento comunitário

- a. Promoção de mecanismo de auscultação directa das comunidades no desenho e implementação das actividades.
- b. Engajamento das comunidades no gestão e implementação das actividades.
- c. Adopção da metodologia participativa em toas a fases de intervenção de programas.

D. Abordagem Mais Coerente do HIV-SIDA e a Segurança Alimentar

Não obstante os programas múltiplos lidando com HIV/SIDA depara-se ainda com uma lacuna no que respeita a inter-ligação insegurança alimentar e HIV/SIDA. Por este facto, torna-se oportuno e pertinente a definição de uma estratégia mais adequada para analisar a dimensão do ciclo vicioso HIV/SIDA com a produção e a insegurança alimentar. A liderança nesse processo deverá ser claramente definida, pois trata-se de estudos casos e temáticos que exigem assistência técnica especializada e coordenação efectiva, para garantir que os resultados sejam rapidamente integrados nas políticas quer ao nível central quer ao nível provincial e aceites pelas agências internacionais parceiras, ONGs e a sociedade civil.

E. MONITORIA E AVALIAÇÃO

1. Por outro lado, a dinâmica registada no terreno exige a adopção de uma estratégia de monitoria contínua de segurança alimentar e nutrição (Principalmente em Gaza e Maputo).
2. Definir um dispositivo que permita monitorar as diferentes fases de intervenção e os respectivos impactos na população:
 - o Critério de selecção e abrangência de grupos alvos;
 - o Engajamento dos beneficiários no processo;
 - o Percepção sobre o cumprimento dos programas da perspectiva dos beneficiários;
 - o Avaliação dos efeitos na sócio-economica dos beneficiários e da população em geral nas áreas abrangidas;
 - o Registo das lições e definição de mecanismos para integrar essas lições nos futuros programas.

3. Continuar a monitorar os preços e rever/aumentar os pontos de recolha e comportamento do mercado.
4. Monitoria das intervenções:
 - a. Concepção dos programas
 - b. Definição de grupos alvos
 - c. Intervenção geográfica
 - d. Impacto.

Referências:

1. FAO/WFP Crop and Food supply Assessment Mission to Mozambique, June 2003.
2. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional, 1998-SETSAN.
3. Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI), Janeiro 1997 – Sergio Chitara e R. China.
4. Guia para Planificar Intervenções no Sistema Local de Sementes, MADER/ICRISAT
5. Guia para planificar, Ventura Macamo, CAP99/00.
6. Relatório anual , 2000-DINAP
7. Zonas de Economias Alimentares de Moçambique, Março 2002 - DINA/FEWS-NET.
8. Atlas para preparação e resposta contra desastres na Bacia do Limpopo, UEM, INGC,FEWS NET.
10. Relatório da Cimeira do Programa de Alimentação (2002)
11. The Management of Nutrition in Major Emergencies, Organização Mundial de Saúde, 2000.
12. WHO (1995), "Physical Status: The Use and Interpretation of Anthropometry", WHO Technical Report Series #845.
13. Pobreza e Bem Estar em Moçambique, Primeira Avaliação Nacional (1996-97)-MPF, UEM, e IIPPA
14. Mozambique Comité de Análise de Vulnerabilidade, Nov-Dez 2002. GAV

LISTA DE ACRÓNIMOS

Sigla	Nome
AF	Agregado Familiar
FAO	Food and Agriculture Organization
DPADR	Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DAPSA	Departamento de Aviso Prévio para a Nutrição
DHS	Inquérito Demográfico de Saúde
DINA	Direcção Nacional de Agricultura
DINAP	Direcção Nacional de Pecuária
DPS	Direcção Provincial de Saúde
GAV	Grupo de Análise de Vulnerabilidade
GTZ	Cooperação Técnica Alemã
ICRISAT	Instituto Internacional de Investigação de culturas para os Trópicos Semi-áridos
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
INIA	Instituto Nacional de Investigação Agronómica
MADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
IIPPA	Instituto Internacional de Pesquisa em política Alimentar
MPF	Ministério do Plano e Finanças
MISAU	Ministério de Saúde
MT/Kg	Metical por Kilograma
ONGs	Organizações não Governamentais
PMA	Programa Mundial de Alimentação
RVAC	Comite Regional de Análise de Vulnerabilidade
SADC	Southern Africa Development Community
SAN	Segurança Alimentar e Nutrição
SENCAP	Sistema Nacional de Coordenação de Aviso Prévio
SCF	Save the Children
UN	Nacões Unidas
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Criança
UN OCHA	UN Office for Coordination for Humanitarian Affair
ZEAs	Zonas de Economias Alimentares
WHO	World Health Organization